



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a reunião conjunta, 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, presidida com muita competência pelo Senador Jayme Campos.

Pauta: audiência pública com a presença, como expositora, da Ex^{ma} Sr^a Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a fim de discutir a principal diretriz de governo da Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos, em atendimento aos Requerimentos nºs 3, de 2011, da CAE, e de nº 1, de 2011, da CAS, de iniciativa do Senador Suplicy e de outros Senadores.

S. Ex^a a Ministra Tereza Campello já se encontra na Secretaria da Comissão.

Peço ao Senador Suplicy que conduza a Ministra ao plenário desta Comissão, assim como a Secretária Ana Fonseca, Secretária Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza, do MDS, que também participará desta audiência pública. *(Pausa.)*

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a a Sr^a Tereza Campello terá 30 minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Comunico que, a partir desta reunião, a Presidência, com base nos arts. 89, inciso I, e 243, do Regimento Interno do Senado, irá considerar apenas o primeiro signatário do requerimento como orador automaticamente inscrito. É importante registrar isso.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo-se à Ministra o mesmo tempo para tréplica.

Antes disso, eu queria apenas pedir desculpas à Ministra Tereza Campello e à Secretária Ana Fonseca pelo atraso desta audiência pública, porque hoje foi discutido um projeto aqui que criou grande polêmica na Comissão de Assuntos Econômicos. Nós ficamos quase uma hora debatendo o projeto aqui. Enfim, pelo menos foi lido o relatório e será encaminhado também esse projeto para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, atendendo, inclusive, a uma determinação da Mesa, do Presidente Sarney.

Portanto, passo agora a palavra à Ex^{ma} Ministra Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para fazer sua exposição.

Passo ao Senador Jayme Campos... Continuo na Presidência.



Passo a palavra para a Ministra Tereza Campello, mais uma vez registrando nossas desculpas pelo acontecido hoje, mas, infelizmente, a vida aqui no Parlamento é dura.

A SRª MINISTRA TEREZA CAMPELLO – Obrigada, Senador Delcídio. Eu queria, antes de mais nada, agradecer a oportunidade. Estamos há tempos para fazer essa discussão, esse diálogo. Eu queria me colocar à disposição desta Casa, da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu queria agradecer ao Senador Suplicy e aos demais Senadores pelo convite.

Tentarei ser breve, inclusive para dar tempo de trocarmos impressões e de receber contribuições das Comissões.

Na verdade, vou usar uma parte importante do tempo, porque o plano é bastante complexo, que busca dar conta das várias dimensões da extrema pobreza. Portanto, é um plano que enfrenta a agenda de renda, mas enfrenta também a agenda de serviços públicos e de inclusão produtiva, que é uma agenda muito atual no Brasil de hoje, no Brasil que cresce, no Brasil que se desenvolve, no Brasil que gera emprego, que gera oportunidade para todos; e nós queremos que também gere oportunidade para essa população extremamente pobre. Mas é um plano para quatro anos. Portanto, mais uma vez, gostaríamos de nos colocar à disposição para receber contribuições. É um plano que queremos que tenha ajustes ao longo do próximo período, que receba contribuições e que amplie seu escopo.

A ideia central do Brasil Sem Miséria, a ideia que organiza o conjunto do plano é que nós estamos num momento, como eu disse, num País que cresce, num País que se desenvolve, mas que não é natural para essa população de 16 milhões de brasileiros, que se encontram em situação de extrema pobreza. Que eles possam estar se aproximando deste Brasil cheio de oportunidades.

É fundamental que o Estado brasileiro possa apoiar, ajudar e garantir que essa população extremamente pobre possa acessar este Brasil cheio de oportunidades de serviços, em que a rede de serviços públicos cresce. O Estado brasileiro tem conseguido ampliar suas ações, e, ao mesmo tempo, a economia se desenvolve.

Qual é a ideia central, então, como eu estava dizendo? Como aproximar este Brasil rico, que cresce, cheio de oportunidade, com este Brasil ainda com 16 milhões de miseráveis? Isso não acontecerá naturalmente. Essa população precisa de renda, precisa de informações, precisa acessar os serviços públicos, e o Brasil Sem Miséria é a mão do Estado chegando a essa população, que precisa de apoio.

Então, a primeira ideia central do Brasil Sem Miséria é a Busca Ativa. Não é mais o pobre correndo atrás da ajuda do Estado; é o Estado chegando onde a pobreza está. Nossa preocupação é garantir que esses 16 milhões de brasileiros não sejam mais uma estatística, que eles passem a integrar o Cadastro Único. Muita gente acha que o Cadastro Único viabiliza apenas o acesso ao Bolsa



Família. Não é verdade. É muito importante que o Cadastro Único possa ser mobilizado pelo conjunto dos Municípios, para que a gente tenha acesso às informações a respeito dessas famílias, ao que elas precisam, saber quantos membros são, se há pessoas com deficiências ou não, se há idosos, quantos estão em sala de aula, quais os serviços públicos que estão na suas proximidades, para que a gente possa atuar sobre esses 16 milhões nessas várias dimensões, envolvendo renda, envolvendo bem-estar e envolvendo inclusão produtiva.

Aqui temos algumas imagens da Busca Ativa, que já começou. Ontem, inclusive, nós já divulgamos alguns dos dados do Brasil Sem Miséria. Aqui nós temos vários exemplos, tanto indo à casa das pessoas, buscando informações e fazendo cadastro, quanto alguns exemplos de experiências, como a de Manaus. As prefeituras estão usando os recursos do IGD para comprar veículos e organizar a Busca Ativa. Então, a ideia é que a gente, de fato, garanta que o Estado brasileiro chegue onde essa população está.

Nós temos dados, já do mês de setembro, do Busca Ativa. Nossa preocupação é garantir que as 800 mil famílias que nós avaliamos e que estão fora ainda do Bolsa Família até dezembro de 2013 sejam integradas ao Bolsa Família e ao Cadastro Único. Nesses dois meses e meio de trabalho, nós já conseguimos incluir novas 180 mil famílias. A Busca Ativa envolve diferentes estratégias. Por exemplo, estamos fazendo um levantamento nas cidades onde temos um subcadastro, em especial no Sudeste. Estamos trabalhando com as empresas concessionárias de energia elétrica, estamos trabalhando com o Incra, com o Instituto Chico Mendes, buscando a população extrativista.

Então, estamos organizando um conjunto de ações para encontrar essas 800 mil famílias e atualizar o cadastro. Essa é uma primeira informação. É uma novidade que anunciamos ontem, Senador Delcídio.

A outra informação importante que nós também já divulgamos foi um compromisso da Presidenta Dilma, no dia 02 de junho, já implementado – e as famílias já estão recebendo –, que foi a ampliação do benefício de três para cinco filhos. Com essa medida, que é uma medida provisória publicada no dia 03 e que se encontra em avaliação aqui, no Senado, 1,2 milhão de crianças foram incorporadas ao Bolsa Família. Portanto, ampliou-se o conjunto dos benefícios e atingiram-se, fundamentalmente, as crianças, que é o público mais vulnerável da população extremamente pobre. A nossa avaliação é a de que 40% desses 16 milhões são crianças, e esta Medida Provisória nº 535 implicará 500 milhões, quando estivermos pagando o ano cheio, já a partir do ano que vem.

Outra medida que anunciamos ontem e que também faz parte do escopo do redesenho do Bolsa Família dentro do Brasil Sem Miséria é garantir o que estamos chamando de retorno garantido, que viabiliza às famílias que consigam melhorar sua situação de renda reduzir sua situação de vulnerabilidade, melhorando ou seu emprego, ou sua renda, ou seu negócio; que possam pedir um



desligamento do Bolsa Família e retornar, de forma praticamente automática, facilitada, ao Bolsa Família – porque a gente tem informação atualizada –, ao mesmo tempo, criando uma espécie de seguro dentro do Bolsa Família. Muita gente acaba não devolvendo... A gente fala em devolver o cartão, mas, na verdade, não há nem devolução do cartão. É um pedido de desligamento. As pessoas ficam com o cartão para evitar esse custo a mais e garantir que também haja essa facilidade.

Essas medidas já estão sendo operadas a partir de ontem, tanto a ampliação do número de crianças quanto o retorno garantido.

Uma terceira ação importante de registrar neste momento, também aproveitando para fazer uma prestação de contas, é que muitos dos Estados brasileiros têm pactuado com o Governo Federal, garantindo uma complementação de renda ao programa Bolsa Família. Com isso, nós estamos conseguindo, na maior parte dos casos, que a gente cubra exatamente essa situação de pobreza e que essa complementação de renda garanta que as famílias, do ponto de vista da renda, já saiam da situação de extrema pobreza.

Então, nós temos aqui o Estado de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, o GDF, o Rio Grande do Sul, o Espírito Santo, o Acre em negociação, Amapá e Rondônia já com uma pactuação bastante avançada, e estamos negociando também com outros Estados. Essa é uma medida importante, prevista e anunciada pela Presidenta no dia 02 e que já está em operação nesses 08 Estados.

Entrando agora na agenda de inclusão produtiva.

É importante ressaltar que o compromisso que nós anunciamos, de 1,7 milhão de vagas para qualificação e capacitação, tem duas grandes novidades na nossa avaliação. O primeiro deles é que, fora o próprio número... 1,7 milhão de vagas para esse público é uma novidade. Os cursos de capacitação e qualificação que eram ofertados no Brasil era para um público já com carteira de trabalho, um público já com experiência no mercado de trabalho, o que não é o caso do nosso público do Bolsa Família e do Cadastro Único, que são famílias em que a situação de empregabilidade é muito mais vulnerável. São pessoas que fazem bico, que não têm carteira assinada, que tem seu pequeno negócio ainda informalmente. Então, garantir vagas para a capacitação de 1,7 milhão é um anúncio inédito.

Segundo, nós estamos reestruturando esses cursos para que eles sejam adequados a essa população. E o terceiro ponto importante é que esses cursos estarão casados com a agenda de intermediação. A nossa ideia é a de que não haja mais qualificação e capacitação sem que haja uma aderência com o que existe de oferta de emprego e sem que se garanta condições de empregabilidade para essa população.

Então, a ideia não é somente ofertar curso de qualificação e capacitação, mas garantir intermediação e garantir a colocação dessas famílias.



Também temos uma meta de formalização de 120 mil novos empreendedores, organizados com o Sebrae. O Programa de Microcrédito já foi lançado pela Presidenta, há poucas semanas, e toda a agenda de economia popular e solidária.

Então, como eu havia dito, o nosso compromisso é a qualificação nesses quatro anos de 1,7 milhão de pessoas. Algumas dessas ações já estão nas ruas, como é o caso dos editais que foram lançados em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para qualificação e intermediação de oferta de 50 mil vagas.

Também em relação ao Pronatec, já estamos atuando, aguardando a aprovação do projeto de lei que se encontra no Senado, mas toda a operação já está montada. Então, à medida que a gente tem o Pronatec aprovado, nosso esforço é garantir que essas vagas ainda sejam aproveitadas no ano de 2012. Portanto, é fundamental conseguir aprovar isso ainda em tempo de ofertar os cursos em novembro e dezembro, até porque parcela dessa população acaba trabalhando no mês de dezembro, aproveitando a ampliação de oferta das compras de Natal e da dinâmica de final de ano. Então, nossa ideia é poder ainda trabalhar com oferta de vagas e abertura de cursos ainda em 2011.

Uma das ações que já estão na rua é o que a gente chama de Mulheres Mil, uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos e MEC, com oferta de 100 mil vagas ao longo desses quatro anos. Dez mil vagas já estão sendo ofertadas em 2011.

Aqui nós vemos algumas beneficiárias em curso, que é um curso que já está acontecendo; e aqui são professoras em processo de treinamento para a oferta dessas 10 mil vagas ao longo deste ano.

Então, como eu tinha dito, o Brasil Sem Miséria está em franca operação. Temos várias ações em desenvolvimento, e a perspectiva hoje é não só apresentar o plano, mas dar conta dessas ações que já estão em curso.

Outra ação também em curso é a de editais para economia popular e solidária, com oferta de ações para empreendimentos em vários Estados e Municípios. Estamos com editais abertos para Estados e Municípios e editais abertos para cooperativas de catadores, que estão sendo lançados ainda este mês, já dando conta também, fazendo uma prestação de contas das ações que estão em operação.

Com relação ao microcrédito e ao microempreendedor, uma das ações com as quais a gente tinha se comprometido no dia 2 de junho era lançar um programa de microcrédito que atendesse esse público, com linhas específicas para a população do Cadastro Único e para a população do Bolsa Família. Então, esse programa, na verdade, além das taxas de juros, que tiveram uma redução muito importante, ele tem duas grandes diferenças, ou seja, ser microcrédito para a produção – isso não é oferta de microcrédito para consumo, é um microcrédito



orientado para a produção – e a grande diferença: ser um microcrédito com orientação. Então, os bancos orientam o tomador de crédito, para que a gente evite que essa população acabe se endividando, para que a gente possa ter uma orientação para um crédito que tenha retorno e para um crédito que seja bem utilizado.

Casados com essas ações, temos uma parceria com o Sebrae, articulada também com as ações de microcrédito, em que já identificamos 102 mil beneficiários do Bolsa Família, que também são microempreendedores e que recentemente se formalizaram. Esse público será priorizado pelo Sebrae, para que a gente possa dar orientações não só na agenda de crédito, mas na agenda de empreendedorismo. Informações sobre gestão, informações sobre estoque, como melhorar o negócio, como garantir uma qualificação do ponto de vista de otimizar as receitas e as despesas etc.. Então, estamos nos voltando para a qualificação também desse público de microempreendedores com uma ação casada com o Sebrae, recentemente aprovada – semana passada, não é, Dr^a Ana?

Com relação à agenda urbana, vocês viram que, na verdade, mesmo sendo no final do ano, estamos tentando aproveitar os meses de outubro, novembro e dezembro. Para nós é fundamental garantir a aprovação. Parte desses recursos está em aprovação aqui pelos projetos de lei, de crédito extraordinário, crédito suplementar e parte, no caso do Pronatec, também em aprovação no Senado. Mas estamos já com as ações em desenvolvimento para garantir que a gente possa aproveitar o ano de 2011.

Com relação à agenda de inclusão produtiva rural, é fundamental destacar: essa agenda, assim como a agenda de inclusão produtiva urbana, busca garantir o aumento da capacidade dessa nossa população extremamente pobre.

No caso da população urbana, nós queremos aumentar a capacidade com curso de qualificação, com orientação e, no caso da população rural, nós queremos ampliar suas capacidades e ampliar as oportunidades com assistência técnica. Então, a ação chave nas agendas de inclusão produtiva rural é a assistência técnica. Nós estamos ofertando assistência técnica para todas as famílias de agricultores familiares, começando com o Nordeste, que é onde se concentra a grande parte da população extremamente pobre no campo, e, junto com a assistência técnica, estamos entrando com recursos de fomento – R\$2.400,00 – com sementes, muda, tecnologia, água para quem precisa – Água para Todos – e luz nas localidades onde o Luz para Todos ainda não chegou. Então, a agenda central que eu queria destacar é a agenda de assistência técnica.

Neste ano, nós já temos identificadas 53 mil famílias. Então, essa agenda já começou. Nós estamos com os técnicos sendo treinados, nós já fizemos os editais que vão atender às famílias no Nordeste. Nós já temos 53 mil famílias identificadas que começam a ser atendidas. Esses técnicos hoje estão participando dos nossos cursos de capacitação, porque não nos interessa somente contratar os técnicos; nós queremos que esses técnicos sejam da região,



conheçam a produção naquele pequeno território, naquela microrregião, possam estar capacitados para atender esse público, que é um público especial, um público que tem muita dificuldade, um público que muitas vezes não sabe ler um documento da Embrapa, não sabe ler um documento da Conab, muitos não sabem ler e escrever. Portanto, você precisa de uma assistência técnica que tenha um olhar diferenciado para essa população.

Aqui, é uma foto também de um curso de capacitação que os nossos técnicos estão fazendo. Aqui, já a foto de sementes que estão sendo distribuídas. Então, estamos com início de atividades em campo agora, no final de setembro, com distribuição de sementes. E o pagamento da primeira parcela de fomento... Só lembrando, esse fomento será pago em quatro parcelas. São R\$2.400,00, pagos em quatro parcelas, a fundo perdido, e essas medidas também já iniciaram, mas dependem da aprovação da Medida Provisória nº 535, que está em tramitação aqui no Senado.

Então, o fomento, que começa a ser pago em novembro, depende também da aprovação dessas medidas, mas, nesse caso, estamos com as ações na rua, os técnicos sendo treinados, deixando tudo pronto para, imediatamente após a aprovação, já termos condições de ter essas ações sendo executadas em 2011, portanto, não precisando aguardar a aprovação para que a gente inicie o trabalho. O trabalho já está na rua, e as ações do Brasil Sem Miséria no campo também já estão sendo executadas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. *Fora do Microfone.*) – Essas ações são liberadas pelo Ministério ou em parceria?

A SRª TEREZA CAMPELLO – Essas ações, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. As ações do Brasil Sem Miséria são todas em parceria: Ministério da Integração, MDA. Nesse caso, a contratação dos técnicos está sendo feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o pagamento do fomento será feito pelo MDS. Estamos dividindo mesmo as ações. E as sementes pela Embrapa, nós contratamos a Embrapa. As sementes deste ano já estão todas compradas. Nós já estamos começando a produzir as sementes do ano que vem.

Então, vamos seguir em frente.

O caso do Água para Todos, também com foco no Nordeste, mas é uma ação nacional, como todas as outras. Nosso compromisso é executar 750.000 cisternas, atender 750.000 famílias ao longo desses quatro anos. Dessas, 367 mil – portanto, mais da metade – já estão em processo de licitação. Algumas dessas licitações dependem da aprovação do projeto de lei, mas nós lançamos o edital condicionado à aprovação. Portanto, aqui também não estamos esperando que o projeto seja aprovado. Nós iniciamos os editais, e o edital deixa claro que a gente só pode concluir, fazer o contrato, à medida que os recursos sejam suplementados. Mas a ideia era antecipar, garantindo que as licitações pudessem estar sendo executadas e que a gente ganhasse esses três meses de tempo.



Então, imediatamente depois do anúncio do Brasil Sem Miséria, a gente começou a executar as ações.

Nossa perspectiva é, neste ano, já dar início à construção de 367 mil cisternas, lembrando que parte dessas cisternas nós vamos fazer pelo modo tradicional, como já vinha sendo executado pelo MDS. Uma parcela está sendo executada em parceria com o BNB; outra, com o Banco do Brasil.

Temos uma novidade: a licitação, pelo Ministério da Integração, para a compra de cisternas prontas, coisa que a gente não tinha feito ainda no Brasil, que vai garantir que tenhamos mais agilidade no processo de execução sem abandonar nosso modelo de contratação de cisternas, que o MDS vinha fazendo, mas garantindo que a gente possa experimentar essa nova modalidade. Se der certo, conseguiremos ampliar e garantir essa execução nos próximos anos. É um modelo com compras de cisternas prontas, que vem sendo executado por outros países com um bom desempenho. Portanto, também temos uma expectativa muito grande de atender essas metas, exatamente porque estamos com quatro frentes diferenciadas, lembrando que, em relação a mais da metade da nossa meta, já estamos com editais na rua para garantir que essa meta seja atendida antes de 2014.

Outra agenda importante, no caso do rural, das ações de inclusão produtiva rural, é o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos. Esse programa tem sido uma das ações mais estratégicas para a agricultura familiar em todo o Brasil, garantindo não só que essas famílias tenham uma fonte de renda, vendendo para o setor público, mas também que tenham todo um processo de aprendizagem de como vender, como tirar nota, como se organizar e como se cooperativar.

O compromisso da Presidenta Dilma é ampliar o PAA dos atuais 600 milhões para dois bilhões, em 2014. Nessa rota de ampliação do PAA, nós pretendemos ampliar, fundamentalmente, as ações para a agricultura familiar extremamente pobre, que passará de 66 mil para 255 mil, em 2014, garantindo que a produção que nós estamos fortalecendo com a medida que anunciei anteriormente – assistência técnica, distribuição de sementes, fomento – possa ser executada. No caso do meio rural, estamos completando toda a rota de mercado, garantindo ampliação do conhecimento, recursos de fomento, sementes e, agora, entrando também com compras, garantindo que esse aumento da produção possa ser executado e finalizado.

Então, aqui destaco, mais uma vez, o compromisso de campanha da Presidenta Dilma, que estamos executando dentro do programa Brasil Sem Miséria.

Para além das compras públicas, o Brasil Sem Miséria está conseguindo construir uma agenda de compras bastante inovadora, que é uma articulação com o setor privado. Nós já conseguimos concluir negociação com várias redes de supermercado. No caso do lançamento do Brasil Sem Miséria no



Nordeste, em Alagoas, com os nossos governadores, nós conseguimos realizar a venda, pela agricultura familiar, para a rede de supermercados da região, de farinha de mandioca, suco de laranja, polpa, geleias, em Alagoas, Sergipe, e agora, na agenda do Norte, vamos executar também no Acre.

Além do Programa de Aquisição de Alimentos, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que fortaleceu muito a rede de agricultura familiar no Brasil, estamos entrando agora numa rota de fortalecimento via rede privada. Então, várias redes regionais têm comprado agricultura familiar. Nós fizemos contrato com duas grandes redes nacionais, e vários outros acordos estão sendo firmados. Hoje, inclusive, temos uma agenda à noite, em Campinas, com toda a rede varejista no Brasil, para fortalecer esse casamento de venda direta da agricultura familiar extremamente pobre para a rede varejista dos supermercados em todo o território nacional.

Então, essa é uma ação que começa agora, começa pequena, mas nós temos uma grande expectativa de que vá ser uma rota inclusive de continuidade do PAA. Então, a agricultura familiar começa vendendo para o PAA, aprende a vender, cooperativa-se e passa a vender para a grande rede de supermercados do Brasil. Isso também é uma novidade, e nós temos uma expectativa muito grande de que ela vá se ampliar e atingir todas as regiões.

Outra novidade importante do Brasil Sem Miséria é o Bolsa Verde, também presente nessa medida provisória já em operação e aguardando a votação da MP nº 535. O Bolsa Verde, nesse primeiro momento, está voltado para florestas nacionais, para reservas extrativistas, para assentamentos especiais extrativistas, atingindo a população extremamente pobre – isso é um detalhe importante –, portanto, ele está casando a agenda ambiental com a agenda da extrema pobreza; não é remuneração por serviços ambientais. Digamos que seja um primo dessa agenda de pagamentos por serviços ambientais, porque ele é voltado para a população extremamente pobre e acaba sendo um adicional à família em extrema pobreza, extrativistas, ribeirinhos que a gente localizou em florestas nacionais, em reservas extrativistas federais e em assentamentos federais. Eles têm direito ao Bolsa Família e, além do Bolsa Família, recebem o Bolsa Verde. É um pagamento de R\$100 por mês, pagos trimestralmente. Nós já fizemos o Busca Ativa e conseguimos localizar 18 mil famílias que têm direito e que passarão receber este ano. Na semana que vem, a Presidenta vai lançar o Brasil Sem Miséria no Norte, e nós já pretendemos entregar um novo cartão para quatro mil famílias; portanto, também com plano em execução. Nossa meta mínima são essas 18 mil famílias, mas nossa expectativa é chegar... Além disso, nós pretendemos fazer o cadastramento de 50 mil famílias este ano. Portanto, a nossa idéia, até março do ano que vem, é chegar às 73 mil famílias, atingindo uma meta para 2011/2012 e poder, a partir dessa aprendizagem, rediscutir o Bolsa Verde e ver como podemos ampliá-lo para outras ações.



Por fim, já finalizando a apresentação, chegamos ao nosso terceiro eixo, que é a ampliação dos serviços públicos. Como eu havia dito, o Brasil Sem Miséria não busca somente ampliar renda dessas famílias e garantir inclusão produtiva; busca também viabilizar o acesso dessas famílias ao serviço público. Parcela dessas famílias não tem hoje acesso à educação, não tem acesso à alfabetização de adultos, não tem acesso a um conjunto de serviços públicos que, hoje, são universais no Brasil.

A nossa avaliação é a de que, para se chegar a essas famílias, primeiro, o Busca Ativa vai ter que funcionar, mas nós temos que aumentar a oferta de serviços. Então, vou passar alguns exemplos de expansão e aprimoramento de serviços públicos hoje ofertados pelo Governo Federal e discutidos pelos Estados e Municípios, garantindo que esses serviços sejam revisitados e que possam ter como foco essa população extremamente pobre. E, ao mesmo tempo, nós estamos qualificando a oferta de serviços, mobilizando, fazendo cursos especiais.

Recentemente, fizemos uma videoconferência com servidores do Brasil todo para discutir o Brasil Sem Miséria e discutir com Estados e Municípios como garantir que essa população, que é a população mais vulnerável, a que mais precisa, possa ter acesso aos serviços públicos.

Então, vou passar, rapidamente, alguns exemplos, a lista de serviços com a qual a gente já havia se comprometido no lançamento do Brasil Sem Miséria, mostrando que ele tem esse foco de chegar, de levar os vários serviços públicos a essa população. Vou passar alguns exemplos.

No caso da educação, nós estamos priorizando no Brasil Alfabetizado as famílias do Cadastro Único do Bolsa Família. Portanto, está havendo uma busca ativa dessas famílias para que a gente redirecione o Brasil Alfabetizado. No Mais Educação, nós, junto com o MEC, fizemos um levantamento das regiões onde temos um mapa concentrado de população extremamente pobre. Estamos viabilizando para que a escola em dois turnos se dê exatamente onde a gente...

(Interrupção do som.)

A SRª TEREZA CAMPELLO – ...com densidade de crianças com esse perfil, e casados também com regiões onde há maior violência.

Fizemos um estudo bem interessante: a expansão da rede de ensino técnico, em que um dos critérios passou a ser o mapa da extrema pobreza. Também estamos com um recorte especial para as ações do PAC, que foram lançadas recentemente no PAC 2, nas áreas de saneamento, habitação, UBS, creche, praças do PAC, em que um dos critérios passou a ser o mapa da extrema pobreza. Portanto, regiões onde há concentração de população extremamente pobre.

E, na área de serviços públicos, a saúde está usando o mapa da pobreza, ou seja, os territórios onde existe concentração da população



extremamente pobre para redirecionar o conjunto dos seus serviços, seja construção ou reforma de UBS, seja ampliação da cobertura das equipes de saúde da família, que estão sendo direcionadas para essas regiões, inclusive com o setor censitário. Não só Municípios mais pobres, mas olhando regiões dentro de cada uma das cidades onde se concentra a população extremamente pobre. As novas unidades do Farmácia Popular.

Nós fizemos uma revisão do piso de atenção básica, o famoso PAB, atendendo também e tentando estimular que haja fortalecimento das ações de saúde, onde há Municípios que concentram a extrema pobreza.

A respeito do Brasil Sorridente e do Olhar Brasil, em especial, nós estamos com uma estratégia muito importante, casadas com aquelas ações de qualificação profissional.

Então, nós estamos ofertando os cursos de qualificação profissional e de capacitação, nós estamos pegando essa população e viabilizando que eles tenham acesso ao Olhar Brasil e ao Brasil Sorridente, porque muitas vezes o processo de capacitação não é só um processo de aprendizagem, também é um processo de garantia do próprio aprendizado, no caso do Olhar Brasil; garantia de saúde bucal, viabilizando, portanto, o acesso à intermediação de forma mais qualificada.

E os consultórios de rua atendendo não só a nossa população em situação de rua, no caso da população extremamente pobre, mas também vai ser uma ação estratégica dentro da nossa agenda de combate a drogas.

Então, aqui, com vários anúncios de consultório de rua, no caso, com agenda de assistência social.

No caso da assistência social, tem uma questão fundamental que é na rede de assistência social que nós vamos fazer a referência e a contrarreferência. Nós construímos, inclusive, um acesso facilitado para nossa rede de assistência social e para os servidores públicos que estiverem trabalhando com o Brasil Sem Miséria, para que a gente possa localizar a família e os equipamentos públicos perto dessas famílias. Vai ser um Google BSM, Google Brasil Sem Miséria, em que o servidor público pode conseguir identificar onde há um equipamento de educação, um equipamento de saúde, um Cras ou um Creas funcionando, um curso de qualificação profissional. Portanto, facilitando o acesso a essa nossa população e garantindo o que a gente chama de referência e contrarreferência para o conjunto das nossas agendas, não só de renda, mas de inclusão produtiva.

Toda expansão do serviço de assistência social é voltada, assim como no caso de outros serviços, em especial o da assistência social, para o mapa da pobreza; e tudo isso, obviamente, nós estamos pactuando com Estados e Municípios para que os critérios sejam negociados.

E, aqui, nós temos uma novidade, que são as equipes volantes de assistência para grandes Municípios, em especial com área rural, que não tenham



acesso às redes de assistência social, viabilizando, inclusive, no caso do BPC, as pessoas com deficiência no meio rural que não têm acesso à informação, inclusive. E a população rural sem acesso aos Cras e Creas, e, no caso do Norte, nós vamos comprar 70 embarcações, garantindo Cras itinerantes.

Isso é um grande resumo para mostrar um pouco do que nós já fizemos de pactuação. Como os senhores sabem, nós fizemos dois grandes pactos regionais: no Sudeste, com todos os nossos governadores; e no Nordeste, também com todos os governadores. Vamos agora, na semana que vem, para o Norte; depois, Sul e Centro-Oeste.

Estamos negociando com todos os Estados – aqui algumas fotos, muito rapidamente –, com Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo. As pactuações já foram realizadas. Com os demais Estados, elas estão bem avançadas.

Estamos construindo também uma agenda de negociação com um conjunto de parceiros, desde o MST à CNA, passando pela rede varejista, grandes empreiteiras, Correios, Petrobras, Sebrae, Fonseas – aqui presente a nossa Presidente do Fonseas. Não deu para colocar a foto de todo mundo, mas estamos com uma agenda bastante intensa, construindo, porque o Brasil Sem Miséria não é uma agenda somente do Governo Federal; é dos Estados, dos Municípios, parceiros privados.

Certamente, eu queria aproveitar, finalizando, para agradecer de pronto não só o apoio como a parceria que também temos construído nesta Casa do Senado.

Obrigada, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministra Tereza Campello. Parabéns pelo Brasil Sem Miséria! É um programa extraordinário. Pena que ele foi lançado num momento em que enfrentávamos uma crise, e o Brasil Sem Miséria foi encoberto pela crise.

Trata-se de um programa extremamente inteligente, muito competente. Eu não podia deixar de registra isso, aproveitando a presença da senhora, Ministra. E agora divulgarmos, nesses encontros regionais, uma vez que é um trabalho amplo também com os Estados e Municípios, o quanto este Brasil Sem Miséria representa um tremendo avanço na área social.

Vou abrir, dentro daquilo que combinamos, as inscrições. O primeiro inscrito é o Senador Suplicy.

Vamos cumprir aqui o Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Ana queria fazer uma exposição?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A secretária Ana Fonseca gostaria de se manifestar?

A SR^a ANA FONSECA – Não, obrigada, Senador. A Ministra se expressou com muita eloquência e precisão o sentido do plano.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vamos utilizar cinco minutos, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – O autor de requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o autor de requerimento, a gente vai ser um pouco mais flexível, mas seguir, efetivamente, aquilo que determina o Regimento: cinco minutos para o interpelante; para a resposta do interpelado, mais cinco minutos; dois minutos para a réplica e, ao mesmo tempo, os mesmos dois minutos para a tréplica. Portanto, vou procurar seguir isso, relativamente, se é possível.

A Ministra está sugerindo se é possível fazermos uma rodada completa, ouvi-los, e aí ela responderia de uma vez só. Ok?

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Então, peço a gentileza de ser o último a arguir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O último a arguir?

Como V. Ex^a manda e não pede aqui, e é o autor do requerimento, vamos ao segundo inscrito, Senador Benedito de Lira.

A SR^a LÚCIA VANIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos inscrevê-la, Senadora.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

Senadora Vanessa Grazziotin chegou, e eu já havia passado a palavra ao Senador Benedito de Lira. Mas V. Ex^a será a próxima. A Senadora Marta Suplicy é a terceira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^a Ministra, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a Ministra Tereza Campello, ao tempo em que cumprimento a Presidenta Dilma, pelo grande programa, o maior programa – ao longo da minha vida pública – que se tem notícia no Brasil para atender os pobres.

A minha região – sou do Nordeste – é onde tem a maior concentração dos pobres deste País, porque ao longo da história do Brasil se acumulou essa desatenção para com esse segmento da sociedade brasileira, que é uma sociedade muito centralista, que concentra grandes fortunas na mão de poucos e um sem-número de miséria na mão de milhões.

Então, quero cumprimentar a senhora e a Presidenta porque esse programa, realmente, terá que ter a atenção de todos os segmentos da sociedade, dos que vão utilizar-se dele e daqueles que poderão ser parceiros e serão parceiros.



Tem uma coisa, Ministra, que eu gostaria de referendar, que é a qualificação. É um item da melhor qualidade e necessário, até porque, com essa providência, o programa Brasil Sem Miséria estará motivando aqueles que hoje estão na dependência de uma Bolsa Família ou de uma ajuda qualquer que o Governo possa oferecer, para que amanhã ele possa, realmente, com a qualificação, ter a oportunidade de disputar o mercado de trabalho.

Ontem, antes de viajar, Presidente, para Brasília, fiz uma reunião com um setor industrial do meu Estado, e eu esperava até que eles fizessem uma sequência de reivindicações, mas a reivindicação principal, a número um, foi qualificação. O que me disseram alguns dos empresários de empresas de porte médio e grande? Que estavam importando de São Paulo, por exemplo, soldador. Então, esse programa, numa ação conjunta com o Ministério do Trabalho...

Agora, é interessante, Ministra, porque eu sei que, sob a tutela de V. Ex^a e com a responsabilidade da Presidenta Dilma, não vamos partidarizar esse tipo de ação, que o Brasil Sem Miséria irá levar a sério, porque em alguns Estados, por exemplo, Presidente, há a partidarização no que diz respeito a recursos do Ministério do Trabalho para fazer qualificação de mão de obra. Isso é uma coisa fantástica que estamos vendo no Brasil – no passado não se via isto: nós temos as obras, como o PAC, por exemplo, há um sem-número de empregos, e as pessoas sem qualificação. Isso é de fundamental importância.

No item 2, eu gostaria até de uma informação de V. Ex^a quanto às casas que serão dadas no Programa Minha Casa, Minha Vida. As pessoas que serão beneficiadas, aqueles que faziam parte do Brasil Sem Miséria, eles vão pagar? Como vão pagar? Porque Minha Casa, Minha Vida exige um pagamento máximo ou mínimo. Então, seria interessante que nós pudéssemos fazer essa observação.

Eu tenho um caso no meu Estado. Houve uma enchente que arrasou diversos Municípios, mais de 30.000 residências foram destruídas. Há pessoas que, na verdade, perderam tudo. Agora há um programa de reconstrução, o Presidente Lula alocou todos os recursos para reconstrução das residências, mas está um problema lá, os Prefeitos preocupados, por quê? Porque o programa é o Minha Casa, Minha Vida, e ele só terá direito àquela casa na hora em que fizer o cadastro junto à Caixa Econômica. Está havendo uma dificuldade que... Estou fazendo...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... a V. Ex^a por conta do programa que também atinge essa faixa.

E o último é o Água para Todos. Não poderia, Presidente, o programa Brasil Sem Miséria não ter o item Água para Todos, principalmente no semiárido brasileiro. Nós temos dificuldades enormes. O programa de cisternas é um programa, na minha observação, que talvez não tenha a solução definitiva do processo. Por quê? Porque, em alguns Municípios, em algumas regiões, no meu



Estado, por exemplo – estava aqui conversando com o Senador Wellington – e no Estado do Piauí, em algumas regiões, Ministra, a precipitação pluviométrica não é capaz sequer de encher um pote, imagine uma cisterna, que deverá ter no mínimo 20.000 litros para atender a uma família de quatro a cinco pessoas.

Então, seria interessante, por exemplo, que pudesse haver também pequenos sistemas de abastecimento com chafariz em determinados lugares, onde houver um certo distanciamento para se puxar uma rede de adutoras.

Essas as observações que eu gostaria de fazer.

Ao encerrar, Sr. Presidente, minha participação, quero mais uma vez cumprimentar a Ministra. Que Deus lhe dê muita sabedoria para tocar esse programa, porque ele é da maior importância para o Brasil e para os brasileiros que precisam dessa ação, principalmente os Estados mais pobres da nossa República Federativa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira, pelas pertinentes palavras.

Agora, a próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Delcídio. Gostaria de cumprimentar a Srª Ana Fonseca e a Ministra Tereza pela exposição. Na realidade, a gente tem visto a publicização dessas novas medidas com muito destaque na imprensa. Isso é muito importante.

Não sei se foi no jornal de hoje ou no jornal de ontem, Senadora Marta, que saiu uma matéria dando conta de uma pesquisa realizada que aponta que quando a mulher é inserida no mercado de trabalho aumenta a produtividade e, obviamente, cai muito a pobreza.

Então, eu gostaria de perguntar a V. Exª, Ministra, em relação ao novo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2012 a 2015, primeiro, como se dará o monitoramento e a avaliação desse plano e, segundo, como esse plano está estruturado para enfrentar essas questões étnicas e de gênero, porque está claro que os mais pobres são os negros e os mais pobres ainda são mulheres negras? Então, como se dá esse recorte, que tenho a convicção de que é muito forte nesse plano, mas como ocorrerá, como ele está montado para enfrentar esse grande desafio?

Também quero fazer um comentário muito rápido a respeito desse item do Plano Brasil Sem Miséria que diz respeito à atuação, a um trabalho direto entre o Governo Federal e os produtores rurais, as produtoras rurais, porque aí a mulher também tem uma presença fortíssima na agricultura, sobretudo na agricultura familiar.

A senhora deve estar indo à minha cidade de Manaus, ao Estado do Amazonas, acompanhando a Presidenta Dilma, entre os dias 27 ou 28, e uma das ações a serem feitas lá é exatamente a assinatura de um convênio com o Governo



do Estado para a compra de alimentos. O Estado do Amazonas já faz isso; claro, não atingindo toda a população necessária. Os resultados, Ministra, são fantásticos. Fantástico porque aumenta a produtividade, o Estado do Amazonas não tem a tradição de produção agrícola, e o que cresceu a produção nesses últimos anos é algo assim fenomenal, e o nosso grande desafio é produzir preservando o meio ambiente ao mesmo tempo. Isso é possível, porque a área de várzeas na nossa região é algo fantástico, que, se utilizada corretamente, vai fazer com que a gente amplie a produção de alimentos, gere renda para a população que vive no interior, ajude no desenvolvimento nacional, e preservando o meio ambiente, Senador Delcídio, o que é mais importante ainda.

Faço este registro, dizendo que para nós é uma alegria muito grande ver mais um convênio do Governo Federal sendo assinado com o Estado do Amazonas.

Por fim, já para concluir, foi publicado no *Diário Oficial* da última sexta-feira, dia 16 deste mês de setembro, um decreto do Governo Federal que trata do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Porque a gente ouve falar muito em combate à corrupção. Muito. Agora, nós temos que separar aqueles que verdadeiramente querem combater a corrupção daqueles que querem fazer disso uma bandeira momentânea para obter frutos políticos. Então, concordo com a Presidenta quando ela disse: “Faxineira, não”. Porque a faxina é aquela que começa de manhã cedo e, logo no final da tarde, já acabou. A faxineira recebe pelo que fez e vai embora, não é isso? O combate à corrupção é algo cotidiano.

Também repilo, Senador – estou concluindo –, aquela ideia de que alguns – ainda bem que são poucos – tentam passar de que a Presidenta Dilma está se livrando de uma herança maldita do governo anterior. Não. Ela está aperfeiçoando uma herança muito positiva do governo anterior. Esse decreto é exatamente isto: Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto. Brasil e Estados Unidos copresidem – e esta é uma das pautas da 66ª Assembleia das Nações Unidas – uma ação internacional, Senador Delcídio, para fazer com que os governos sejam abertos e transparentes.

No Ministério de V. Ex^a – não li com muito cuidado e aqui tem princípios gerais –, uma das ações importantes é a seguinte: Bolsa Família. Milhares de brasileiras e brasileiros recebem Bolsa Família. Aqui e acolá, uma denúncia – e isso é descentralizado para as prefeituras – de que quem não merece não precisa estar recebendo. Então, essas ações do Ministério de V. Ex^a fazem parte deste Plano Brasil Aberto.

Então, quero cumprimentar V. Ex^a não apenas pelo fato de estar à frente de um Ministério tão importante, mas também porque desenvolve um trabalho com extrema competência, o que orgulha as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Graziottin pelo respeito ao tempo.



Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar a Ministra Tereza Campello pela excelente apresentação e também Ana Fonseca, Secretária Extraordinária na superação da extrema pobreza, com quem trabalhei em São Paulo num projeto pioneiro de eliminação da pobreza com renda mínima.

Eu diria que o projeto Bolsa Família é, em si, extraordinário. Agora, o que me surpreendeu, Ministra, não só nesta apresentação, eu já havia escutado no Palácio, quando foi apresentado à sociedade em geral, foi o aperfeiçoamento do plano. Os grandes críticos do Bolsa Família – parece difícil, mas existem ainda – dizem que não há porta de saída, que essas pessoas vão ficar lá o resto da vida, que essas pessoas não vão trabalhar, que vão dormir em cima. Essa crítica a gente escuta muito.

Então, me deu muita alegria quando percebi, na demonstração, a costura que foi feita entre todos os Ministérios. E dou os parabéns particularmente por isso, porque sei que é muito difícil para essas pessoas conseguirem se profissionalizar, capacitar-se e poder sair do Bolsa Família, porque tão importante quanto entrar – e é muito importante, porque isso significa comer – é poder sair, porque isso significa que você virou cidadão.

Então, esses são os primeiro parabéns. O outro é pelo Busca Ativa. Já tendo sido aplicado o Renda Mínima em São Paulo, para uma população tão grande, é muito difícil chegar àquele mais miserável dos miseráveis, porque ele não tem ainda noção de cidadania, dos seus direitos.

Então, o Governo se dar conta do problema e ter buscado soluções para ir ao encontro dessa pessoa, é a única forma, parece-me, de conseguir realmente acabar com a miséria no Brasil. Se ficássemos esperando, sentados, que essas pessoas buscassem o auxílio, elas não iriam.

Minha pergunta é também em relação ao idoso. Como o Bolsa Família está tratando a questão? Porque o idoso mais miserável não sabe nem que existe o Loas, não sabe nem do direito básico que tem. Por acaso, existe uma conversa em relação a isso?

Quando fui Ministra do Turismo, um dos projetos que mais me deram prazer e orgulho de ter implementado – o piloto foi em Fortaleza – foi o combate à prostituição infantil. Nós cadastrávamos os jovens, meninos e meninas da prostituição infantil, no Bolsa Família e, ao mesmo tempo, tentávamos qualificar os pais e os jovens a escolherem uma profissão relacionada ao turismo. Então, era uma parceria muito interessante com os hotéis da região, com os restaurantes, porque eles diziam exatamente que faltava mão de obra qualificada, e que esses jovens – e família também – eram capacitados. Já havia tido conversas com esses restaurantes e hotéis para eles poderem trabalhar. Não sei se ainda estão fazendo isso no Ministério, porque já se passaram dois ministros, mas o Bolsa Família poderia ter...



Em relação ao jovem e à jovem prostituída, deu muito certo, e agora temos que lembrar que vamos ter as Olimpíadas, a Copa, e esse problema, realmente, é uma chaga. A solução não é reprimir ou colocar placa na porta do hotel dizendo que não pode entrar com menor, porque não vai solucionar. A solução é qualificar essa família, que é muito miserável; e a criança está na rua.

A outra questão que também pensei em colocar... V. Ex^a mencionou a busca dos serviços públicos, que ficarão muito mais próximos. Como que é visto isso, o jovem está no Bolsa Família e a relação com o serviço de saúde? Se isso tem ajudado essas pessoas a perceberem seus direitos e a terem acesso a coisas que elas pensavam que não poderiam nem pleitear. Essa relação que V. Ex^a mencionou só *en passant*.

A questão dos idosos já mencionei.

Há um problema que é muito específico em relação à minha cidade de São Paulo, ao meu Estado. O Estado de São Paulo tem 995 mil famílias que poderiam estar no Bolsa Família e não estão. Mas, mais particularmente minha cidade de São Paulo, capital, poderia ter 292 mil, que são potenciais beneficiários.

V. Ex^a contou – e nós todos aqui até ficamos empolgados – que vai de barco buscar pessoas. Não importa. E vejo que as pessoas que fazem esse trabalho são muito animadas. Agora, quando você tem prefeituras que não são animadas e que não cadastram, qual a posição, até mais drástica, que o Ministério pode vir a tomar? Porque considero que esse abandono significa o desperdício, na verdade, de vidas, e nós devemos ser, talvez, mais incisivos.

Depois, uma pergunta de curiosidade, pode haver até algum trabalho por trás. Achei muito importante essa percepção de que muitos querem ficar no Bolsa Família porque têm medo de se desligar, ser mandado embora e ficar na mão. Então, essa ideia de possibilitar a volta até três anos me pareceu extremamente produtiva. Agora, eu queria saber por que três, e não dois, e não cinco. Foi feito um estudo ou estamos experimentando? Não acho ruim, porque ninguém nasce sabendo. Veja que o que nós temos hoje já está muito acima e além do que foi o primeiro Bolsa Família.

Com isso, encerro meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Senadora Lúcia Vânia. Depois, o próximo é o Senador Wellington Dias.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente; Tereza Campello, foi um prazer ouvi-la. Parabéns pela exposição! Quero também cumprimentar a Ana e dizer da nossa satisfação em recebê-la aqui.

Eu gostei muito da proposta, mas gostaria de fazer algumas perguntas.

Pelo que ouvi da sua exposição, nós temos quatro itens muito importantes. O primeiro é o Cadastro Único, que é um instrumento que você teria



para coordenar essas ações; segundo, aumento da oferta de serviços; o terceiro não foi colocado aí, mas é uma coisa importante: é o Orçamento da União direcionado para essas ações; e quarto, a pactuação de Estados e Municípios.

Considero esses quatro pontos vitais para o sucesso do programa. O Cadastro Único por ser o instrumento que vai fornecer as informações necessárias para buscar essas pessoas que são realmente muito difíceis de serem encontradas. Hoje, vocês já têm 180 mil encontrados, e a proposta é atingir 800 mil. Eu perguntaria: quem está encarregado de buscar esse cadastro? Seria de forma descentralizada através de Estados e Municípios ou seria pelo próprio Ministério?

Oferta de serviço. Eu acho que a única forma de a gente entender os serviços da área de saúde, educação, trabalho, capacitação, Pronaf, agricultura familiar, assentamentos etc., a gente poderia avaliá-los se tivessem identificados nos orçamentos através do PPA quanto e um cronograma de desembolso de recursos durante quatro anos para atingir a meta. Sem essa referência nos orçamentos, torna-se extremamente difícil acompanhar e analisar se realmente se atingiram as metas.

Pactuação com Estados e Municípios. Eu acho que é de fundamental importância. Não se atinge esse objetivo se não houver parceria com Estados e Municípios. Então, eu perguntaria se há uma orientação técnica, se existe uma forma para que esse plano tenha sido absorvido por Estados e Municípios.

Como todas essas ações envolvem muitas parcerias, e como não temos uma cultura de trabalhar em parceria, com cobrança de resultados, eu perguntaria se não seria necessária uma lei de responsabilidade social em que tivéssemos um índice nacional de desenvolvimento com índices regionais, metas estabelecidas por ano e articulação entre os orçamentos. Para isso, os orçamentos teriam que estar identificados.

Então, vejo que o programa é muito bom. Porém, acho que se não tivermos esses instrumentos de acompanhamento via orçamento, cadastro, aumento da oferta de serviços, fica muito difícil a gente fazer uma avaliação e inclusive uma reavaliação do programa.

Portanto, deixo aqui essas observações e quero, por fim, cumprimentá-la pelo trabalho, cumprimentar o Ministério do Desenvolvimento Social, que hoje tem feito um trabalho de consolidação da assistência social, que era a nossa meta desde a criação da lei orgânica da assistência social.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr.Presidente, primeiro quero saudar aqui esta audiência, saudando toda a equipe, na pessoa da Ministra



Tereza Campello, da nossa Secretária Executiva, Ana Fonseca – uma dupla de primeira linha.

Em algumas coisas eu me senti contemplado, mas eu queria tratar novamente, minha querida Ministra, de alguns temas que considero importantes.

Tive o privilégio de visitá-la e estive também com a nossa Secretária, ainda na elaboração. Eu chamava a atenção para alguns pontos. Um deles a Senadora Marta aqui levanta, que é a relação com os mais pobres, pessoas que às vezes a gente só acredita vendo, muito distantes da realidade. Às vezes você pensa que divulgou na televisão, em editais. São pessoas que estão longe dessa realidade.

Eu gostei muito da ideia do Busca Ativa e quero começar por aí. Nós organizamos aqui, pela Comissão dos Direitos Humanos, uma subcomissão que está trabalhando focada no Brasil Sem Miséria. E estamos estimulando que, além de os Municípios terem os conselhos, nas Câmaras Municipais, nos legislativos municipais e estaduais, que possa haver também uma frente parlamentar, uma comissão especial, de acordo com o Regimento de cada Parlamento, para que possa fazer esse acompanhamento.

Gostaríamos inclusive de convidá-lo para visitar algumas dessas reuniões que estamos fazendo. O Senador Paulo Paim tem nos ajudado. Aliás, como não podia ser diferente, já foi criado no meu Estado, Piauí, e em vários Municípios. Há um convite, e pediram-me para externá-lo, sabendo da audiência hoje aqui – se não vou apanhar quando chegar lá! O Governador Wilson Martins já esteve no Ministério, já fez a pactuação do Estado; as entidades dos Municípios também já fizeram o seu plano, e a ideia é que a gente possa ter uma apresentação com a sociedade, já que, além do Poder Público, há essa interface; além da Assembleia Legislativa.

Quero aqui novamente chamar a atenção para um ponto, que é delicado: penso que precisa ser encontrada uma forma especial de se trabalhar os índios. Estamos trabalhando bem o foco de regiões da Amazônia, de regiões do semiárido, comunidades quilombolas, mas sinto necessidade inclusive de a equipe do Ministério fazer um diálogo. Eles vão ter um evento agora, no Tocantins, no Município de Porto Nacional; um evento que, na verdade, é uma olimpíada, mas, paralelamente, eles terão um fórum de discussão. Vou estar lá, pela Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos. Estou vendo se o Ministro do Esporte... Acho que seria interessante se pudesse ou a Ministra, ou alguém da equipe fazer um diálogo. Lá estarão presentes 32 etnias de todas as regiões do Brasil, e eles têm um momento de discussão da sua problemática. Por que isso me chama a atenção?

O IBGE e o Ipea demonstram claramente onde existe a maior fatia de um segmento populacional na miséria e na pobreza. Ou seja, é inaceitável que o Brasil não olhe diferentemente para isso. Temos aí muito acima. No Brasil, a gente está chorando com os 9%; o Nordeste, com os 18%; agora estamos falando



de 80%, 90% de pessoas na miséria. É preciso dar a eles um tratamento todo especial. Aliás, o tratamento que já vem sendo dado às comunidades quilombolas demonstra que é possível ter um efeito, quando tem algo direcionado.

Segundo, acho que é preciso dar uma olhada no foco da parte agrária, no Programa de Crédito Fundiário. Ele é um programa que, por ser mais flexível do que o tradicional da reforma agrária, permite casar com todos esses programas que foram elencados aqui, ou seja, de empreendedorismo, enfim, você foca naquele assentamento, que normalmente são pequenos. Nessa área, vale a pena um diálogo com o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, para se ter um forte casamento nessa direção.

Nessa ida ao Piauí, eu queria lhe convidar para conhecer uma experiência que estamos espalhando no Estado, feita em parceria com o Governo Federal, que é a experiência das centrais de cooperativas. É um modelo avançado de empreendimento que consegue competir no mercado nacional e internacional.

Vi aqui o esforço do Compra Direta pelos supermercados. Ele é um caminho. Nesse caso, os donos do supermercado são os próprios produtores, ou seja, você tem um modelo em que um conjunto de pequenos... Temos lá uma experiência com a apicultura, uma experiência que envolve, para se ter uma ideia, algo em torno de 20 mil pessoas; com a cajucultura, que envolve 70 mil pessoas, e que hoje vende para a América do Norte, para a Europa, para o mercado nacional, que é a Casa Apis e a Cocajupi, e agora está-se trabalhando dentro do mesmo programa, nos arranjos produtivos locais.

Para se fazer uma experiência na piscicultura, inclusive já formalizei uma proposta, para que haja acompanhamento nessa fase de implantação do Ministério, porque é algo que realmente vale a pena. Você consegue, em grande escala, dar conta, com base na vocação de uma sub-região, dentro do Estado, dentro de um território, como a gente chama.

Ainda quero aqui acrescentar, para finalizar, algo em relação à qualificação. O modelo tradicional de qualificação também tem dificuldade de chegar a esse público. Uma experiência que a gente fez, que deu certo, foi o do caminhão da profissionalização. Aliás, hoje, o próprio Presidente Lula, dentro do PAC, está usando isso no Luz para Todos, na Transnordestina, para dar um exemplo, que é a descentralização da qualificação. Qual é a proposta? Você pega uma escola técnica existente na região, ou instituto federal, ou uma escola estadual que seja técnica, e ela vira âncora para uma qualificação dentro dessa linha do Pronatec. Aliás, essa é uma ideia que se casa bem com o Pronatec.

Então, é um caminhão que vai qualificar. Aquela região precisa de pedreiros, de carpinteiros, de assentadores de piso; precisa de pessoas para agricultura, de piscicultores, de criadores de aves. Você faz a qualificação naquela comunidade. É um caminhão, é uma sala de aula/laboratório, que vai com a equipe técnica e garante a condição da qualificação. Também é uma experiência



que eu acho que vale a pena. Ela é barata, o custo/aluno sai muito baixo, vale a pena.

Então, reafirmo aqui a nossa convicção desse caminho. Aliás, na qualificação, é importante ter a forma da pesquisa anterior dos cursos que são necessários e, ao mesmo tempo, abrir as inscrições para ver onde há maior demanda.

Eu queria aqui, com essas palavras, manifestar total apoio e entusiasmo. Não é uma missão fácil. Repito sempre: todas as vezes, ainda durante a campanha, que eu ouvia a Presidente Dilma falar em erradicar a miséria até 2014 me dava um frio muito grande na barriga porque eu sei o que isso significa; vivenciei isso no meu Estado. Meu Estado tinha 1,5 milhão de pessoas na miséria. Segundo o último relatório, tem 665 mil. Proporcionalmente, foi o que mais reduziu; cerca de um milhão de pessoas saíram da miséria.

Mas não é fácil, porque chega-se num determinado limite, como estamos, em que ficam faltando os problemas mais difíceis de se resolver. Essa é a situação. É que nem alfabetização: alfabetizar um jovem de 18, 19, 20, 30 anos é mais fácil. Pense em alfabetizar, botar na sala de aula alguém com 80, 90, 100 anos, como ocorre muitas vezes quando a gente atua.

Então, quero aqui dizer que é uma missão que precisa mesmo ser um a um, ou seja, o Estado tem que chegar onde as pessoas estão. Qual é o lado bom, que eu acho? É o banco de dados do Bolsa Família. Ou seja, se a gente consegue, com a Busca Ativa, trazer para dentro os que faltam, eu acho que a gente aí tem um instrumento espetacular. E pode contar com o nosso apoio e entusiasmo nesse trabalho.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, querida Ministra Tereza Campello, Dr^a Ana Fonseca, nossa Secretária Executiva, primeiro quero saudá-las e cumprimentá-las pela importância do projeto. Acho que o Governo da Presidenta Dilma foi muito feliz quando colocou essa meta, esse plano e esse desafio à Nação brasileira, de um Brasil sem miséria. E um País que se pretende a quarta ou a quinta economia no horizonte dos próximos anos precisa ter também esse olhar social extremamente importante para diminuir as desigualdades econômicas, diminuir as desigualdades interregionais, que são extremamente fundamentais na redução, no combate dessa desigualdade, nesse enfrentamento.

Portanto, eu queria começar registrando efetivamente a importância e a pertinência de um projeto e de um plano como esse.

Segundo, quero dizer que a sensibilidade da Presidenta ao colocar duas grandes mulheres junto com ela para tratar desse assunto demonstra



exatamente esse olhar diferenciado, cuidadoso com relação às políticas sociais do Governo. Isso me anima muito. E eu, que conheço o trabalho da Ministra Tereza Campello da época em que fui Governador posso dizer aqui do entusiasmo que todos nós temos de poder ver essa questão avançando sob a batuta e gestão de V. Ex^a.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas que realmente nos preocupam.

Como a Sr^a Ministra sabe, nós implementamos um programa no Amazonas chamado Bolsa Floresta, que foi um projeto pioneiro, que visa exatamente o não crescimento do desmatamento em unidades de conservação. Eu costumo dizer que fazer unidade de conservação no Brasil é muito fácil. Basta que você ganhe uma eleição e tenha caneta, papel e tinta. Agora, entre tirar essa unidade de conservação de um decreto publicado no *Diário Oficial da União* ou de um decreto publicado nos diários estaduais ou municipais e transformar isso numa unidade de conservação efetiva no campo há uma distância gigantesca. Até mesmo porque os programas de cidadania nessas regiões mais isoladas são um dos grandes desafios. O Bolsa Floresta, Ministra e Secretária Executiva, já está, neste momento, beneficiando quase oito mil famílias dentro das unidades de conservação do Estado do Amazonas. E, nesses quase quatro anos em que esse programa existe, uma das maiores dificuldades foi exatamente a documentação do cidadão: certidão de nascimento, CPF, Carteira de Identidade, para que esse cidadão possa ter a base do direito à cidadania assegurada para que, a partir daí, possamos ter programas sociais de inclusão para esse cidadão.

Imagino que o Governo Federal terá as mesmas dificuldades porque usará os mecanismos bancários para fazer o pagamento do Bolsa Verde. E ao fazer o mecanismo bancário, obviamente cada cidadão terá de ter CPF, sem o qual não poderá ter uma conta, mesmo que seja do Bolsa Verde ou do Bolsa Família, para recebimento.

Nós acreditávamos que com o programa Bolsa Família essa questão da cidadania tinha sido mais ou menos equacionada, porque muitos dos que vão se beneficiar com o Bolsa Verde ou estão num programa, ou estão em outro.

Minha pergunta é: quais os recursos, qual a estratégia que o Governo Federal pretende para realizar essa questão de cidadania dentro das unidades de conservação do Governo Federal, para que possa habilitar os cidadãos a ter acesso ao Bolsa Verde?

A segunda pergunta é: creio ser extremamente relevante o Governo Federal analisar a possibilidade de incluir as unidades de conservação dos Estados e dos Municípios dentro do programa Bolsa Verde. Por quê? Porque se não incluir o programa Bolsa Verde às unidades de conservação dos Estados e dos Municípios, nós teremos um desestímulo dentro das unidades municipais e dentro das unidades estaduais. No caso do Estado do Amazonas, das unidades estaduais, existe o Bolsa Floresta. Só que o nosso Bolsa Floresta paga, remunera



a metade do que está previsto no Bolsa Verde. Nós remuneramos R\$600 por ano, e o Bolsa Verde vai remunerar R\$1.200 por ano. Além da questão da desigualdade entre o valor de uma bolsa e outra, há aquilo que mencionei: há uma experiência e um *know-how* extremamente já absorvido, no caso do Bolsa Floresta; e o Bolsa Floresta é um programa que, além da renda mínima para a família não aumentar o desmatamento, tem programas de inclusão comunitária, tem programas de renda, que vêm a partir de financiamentos não onerosos para as populações, seja em caráter comunitário, seja em caráter de microempreendedor na área de sustentabilidade, e tem, finalmente, investimentos na área de políticas públicas, seja de educação, seja de saúde, que também são destinados pelo programa Bolsa Floresta.

Eu queria ouvir, portanto, um comentário, porque louvo, parabenizo; acho que reconhecer o papel e a importância desse brasileiro que cuida da biodiversidade, que cuida da natureza e que, via de regra, está excluído de quase todos os programas de inclusão, seja de cidadania, seja de políticas sociais, foi um avanço inexorável, que deve ser pontuado e reconhecido pelo Senado da República, por esta Comissão, porque isso é de uma ousadia que merece nosso respeito.

Finalmente, eu gostaria de fazer uma última ponderação com relação a uma questão que vi, recentemente, o Governo Federal inaugurar com o Estado de São Paulo: a criação de um sistema de unificação dos programas de transferência de renda entre União e Estados. Ora, isso significa dizer potencializar e turbinar os programas sem que possamos fragmentar e dividir os esforços, fazer paralelismos de ações e de programas que acabam trazendo grandes prejuízos. Trata-se, portanto, de iniciativa de grande relevância, cujo produto, certamente, será o melhor atendimento das populações carentes, com uma redução da burocracia e com uma mais eficaz aplicação dos recursos públicos, e não importa qual é a origem desses recursos, se é o Governo Federal, se são os Estados, se são os Municípios. Isso vem, inclusive, em reforço àquela ideia de juntarmos, por exemplo, o Bolsa Verde com o Bolsa Floresta. E, nos outros Estados onde não há o Bolsa Floresta, podem-se trazer os Estados e os Municípios para dentro desse programa, para que possamos alcançar os objetivos de cidadania, com documentação, com regularização e com programas complementares, que são fundamentais para essa questão.

Seriam essas três ponderações que eu gostaria de fazer. No mais, quero registrar minha alegria e satisfação de ver esse programa sendo conduzido com esse olhar diferenciado. Parabéns à Ministra! Parabéns à Secretária! E parabéns também à Presidenta Dilma! Esperamos contar com a presença da Presidenta, no final deste mês, no Amazonas, para lançar esse programa de forma muito atenciosa e carinhosa com os brasileiros que cuidam e guardam esse grande patrimônio, que é a floresta brasileira.



O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Cumprindo o que estabelece o Regimento, concedo a palavra, agora, ao Senador Inácio Arruda.

O eminente Senador Lindbergh Farias falaria agora, mas fui chamado a atenção aqui pela Secretaria da Comissão.

Tem a palavra o Senador Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por quê? O senhor foi retirado da fila? O Senado não pode passar por cima da Paraíba assim, não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Paraíba?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É do Rio de Janeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o Senador não é paraibano?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Represento o Rio, mas nasci na Paraíba.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Esse cidadão já arrumou uma certidão da Paraíba?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O senhor vê que ele puxa dos dois lados.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Precisamos comunicar isso à Presidenta. Esse cidadão está mal intencionado, com dupla naturalidade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O senhor sabe, Senador, que há um milhão de cearenses no Rio de Janeiro? O Senador Arruda sabe disso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É uma diáspora terrível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Um milhão de cearenses no Rio de Janeiro!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Por favor, o senhor trate bem lá os cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – E tem mais nordestinos do que qualquer outra capital do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não tenha dúvida!

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Aqui mesmo, nesta Mesa, há uma cearense.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Há mais uma cearense lá.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Senador Arruda, V. Exª tem a palavra.



O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; nossa Ministra Tereza Campello; nossa Secretária Extraordinária Ana Fonseca, cearense, grande lutadora pelo povo brasileiro, estou na sintonia com o passo adiante que estamos buscando dar e que é muito, muito positivo. Vi sua exposição com a Presidente Dilma e com os Líderes. É um passo que vamos aprofundando. Temos de erradicar esse negócio. Às vezes, ficamos meio assustados com o tempo, que é curto. Mas é assim mesmo: temos de colocar metas. Não há meta de inflação e meta de superávit? Então, é preciso haver essa meta também. Temos condições de alcançar isso.

Destaco duas questões que considero muito importantes: essa relação, essa ligação do programa com os vários Ministérios; e a área do Pronatec, que, talvez, seja a área em que está a maior ousadia nossa. Até oferecemos como sugestão – o Renato Rabelo propôs ali – que incluamos a meta de erradicar o analfabetismo junto. Acho que é muito significativo. Ele disse: “Vamos botar aqui, vamos acabar com esse negócio”. Entendeu? E nós acabamos com os analfabetos é assim. Quer dizer, tem o médico do Saúde da Família e tem o agente que vai ver quem está doente ou não. Que olhe se tem analfabeto! Nós sabemos onde é que está. Então, faz essa busca lá, pega o sujeito e diz: “Vai aprender a ler e escrever, vai dominar uma parte do conhecimento, o que é muito significativo”.

No Pronatec é o quê? É a velocidade da preparação do povo para uma situação de manter o ritmo de crescimento e, quem sabe, elevar o ritmo de crescimento. Se nós conseguirmos manter esse passo ousado na meta, vamos liquidar com a miséria. E o passo ousado do outro lado, que é a outra meta, eu acho que, talvez, a mãe dessas outras metas nossas, que é liquidar com essa...

Eu nunca vi uma CPI para juros. Já deveria ter tido. Porque tem uma turma que adora esse negócio de juros. Tem uma turma de mercado que ama juros. Quer dizer, tem que ter uma meta aqui. Se andamos com essas duas metas, esse objetivo nosso nós matamos, em 2014. Reduz aqui e reduz aqui. Nós temos que reduzir essas duas. Reduz os juros, reduz a pobreza, reduz a miséria. Com a ousadia do programa. Agora, garantiu a bolsa? Garantiu a comida? Garantiu aprender a ler e escrever? Vem a questão da preparação.

O Mangabeira desembarcou lá em Limoeiro do Norte, no Ceará, onde existe uma escola de formação técnica profissional, uma escola técnica federal. E ele ficou olhando... Também a área está irrigada hoje. Tem um caminho de água que irrigou ali e que mantém o Jaguaribe como rio perene, porque era o maior rio seco do mundo. Agora já não é mais, porque está perenizado.

Então, aquele filete d'água, 365 dias no ano, aquela aguinha ali dá uma espécie de explosão de produção na região. Montou-se uma escola técnica federal. E tem do técnico agrícola, com formação primária, até o engenheiro agrônomo. Dentro de uma mesma escola. E tem do soldador ao mestre em mecatrônica na mesma escola. Isso é o Pronatec. O soldador que está sendo



formado lá estava sendo catado pelas empresas. Segundo, terceiro, quarto ano primário, o cara já não tinha mais condições de concluir um curso de ensino fundamental, mas podia ter uma profissão, conseguia uma profissão. O cara vai buscar ele lá dentro da escola técnica, que é hoje o Instituto Federal de Educação em Ciência e Tecnologia. Então, nesse negócio do Pronatec, nós temos que tocar velocidade. Velocidade, por favor. Isso aqui é um esforço extraordinário para resolver nossa meta.

E o outro é o problema do crédito, esse negócio do dinheiro. Um vietnamita chegou lá no Ceará querendo fazer negócio com o pessoal nosso do caju. O pessoal do caju ficou muito desconfiado do vietnamita: “Esse vietnamita veio para cá fazer o que, amigo?” Aí perguntaram ao vietnamita: “Vem cá, e desde quando tem caju no Vietnam?” Ele disse: “Olha, a gente veio ao Brasil, e tinha um tal de cajueiro anão precoce. Nós nunca tínhamos visto esse bicho, mas levamos para o Vietnam”. Levou da Embrapa. Levou a tecnologia, porque não é só o cara ficar achando que agronegócio é só agronegócio. É pura tecnologia. Pois levou a pura tecnologia para lá. Trinta anos atrás. É o maior produtor de castanha de caju do mundo. Aí o cearense olhou e disse: “Esse cara quer me engolir, poxa! Se ele levou esse cajueiro daqui há trinta anos, quem nunca tinha visto um pé de caju, que é originário dali, levou para lá e virou o maior produtor! Meu amigo, é o seguinte: que diabo vocês fizeram? Porque cajueiro anão precoce está espalhado aqui no Piauí, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco. Nós temos esse negócio aqui”. Ele disse: “Cem dólares. Cem dólares e os pés de caju. Foi assim que nós nos transformamos no maior produtor de castanha de caju do mundo. Com cem dólares e as mudas. Eu entregava as mudas e cem dólares. E dali o cara ia embora. O cara virou um grande produtor de caju. Hoje ele é o maior produtor de caju do mundo. Com uma mixaria. Mas essa mixaria, amigo, é a chave para o negócio dele, que é esse tal de microcrédito. É a outra pilastra que eu fico olhando: “Puxa vida, se a gente conseguir fazer!” Isso exige um esforço concentrado. A gente já trabalha tanto e a gente ainda tem de concentrar esforços, não é?

Mas eu acho, Tereza e Ana, que esse dois negócios aqui, Pronatec, com o dinheirinho na mão do povo... Solta o dinheirinho na mão do povo. Tem gente que vai reclamar. A turma dos juros reclama, porque está tirando um negócio dele para dar para a produção, para aumentar ali a capacidade do indivíduo.

Então, eu destaco esses dois instrumentos e os considero extraordinários; e incluir a meta de erradicar o analfabetismo, porque esse analfabetismo grosso ainda é da turma que perdeu a passada. Nós temos de puxar o pé dele de volta e botar aqui.

Quero destacar esse aspecto e manter o ritmo, porque nós estamos ligados. Fica parecendo que os juros são coisas só do Ministério da Fazenda e do Banco Central. Não é, não. No estalo, essa turma aqui tem de descobrir o que é



esse negócio de juros. Quando descobrir, a gente ganha uma montanha de apoio significativo, para não ficar uma coisa assim de um comunista, de um paraibano, e mais uns quatro ou cinco que ficam gritando negócio de juros por aí, e o cara achando que a gente está ficando doido. “Rapaz, diminuí os juros, e você e ainda está gritando?!” Mas é porque ainda precisa diminuir mais. Só isso. Os caras ganham fortunas. Isso é uma imoralidade grande, porque não teve CPI e não teve o diabo ainda para tratar desse assunto no Brasil.

Sem querer colocar outras coisas, como a nossa famosa privatização, que, ao privatizar serviços e entregar serviços para negociantes do exterior, culminaram a negociação com o financiamento do BNDES. Então, você juntou. Podia ter me chamado que eu ficava com a Telemar, com a Tim, com esse negócio todo, se o BNDES me financiasse. E estou mandando montanhas de dinheiro, porque dizem que capital não tem pátria, mas estou vendo que os caras adoram mandar dinheiro para a pátria deles, tirando da nossa. Então, a remessa está lá em cima.

Nós remetemos mais de R\$30 bi, amigo! Não é mole, não! É uma banca boa. Boa! Mas eu fico pensando: é Pronatec e o negocinho aqui do crédito. Graninha na mão do povo, do povo simples. Bota esse dinheiro na mão dele que ele vai embora.

Saúdo o esforço, a concentração das mulheres em enxergar onde está o problema e ir atrás para resolvê-lo.

O SR. PRESIDENTE BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero agradecer ao Senador Inácio Arruda. Mas eu queria pedir uma gentileza. Sei que o tema é palpitante, o programa é extraordinário, traz uma inspiração fantástica aos Senadores, mas seria bom que cada um resumisse a sua interlocução, porque cada um está usando cerca de 10, 12 minutos. Há ainda quatro Senadores inscritos e o autor do requerimento; e ainda tem a Ministra, que vai responder a todas as indagações.

Então, concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Secretária Ana Fonseca, Ministra Tereza Campello, primeiro, quero dizer que peço desculpas, porque está havendo agora um debate sobre Código Florestal. Começou às 13 horas. Vou sair daqui não para almoçar, mas para ir para esse debate.

Fiz questão de ficar aqui para parabenizar o plano e dizer que, como esta audiência pública está acontecendo na Comissão de Assuntos Econômicos, quero puxar esse debate um pouco para a economia, porque existe a visão de alguns deste País que é como se a economia estivesse distante da vida do povo, como se as políticas públicas não interferissem no nosso desenvolvimento.

Vejam a crise econômica de 2008. Ontem, estive com o Presidente Lula, no Rio de Janeiro, e tenho muito orgulho do que foi feito nos oito anos do Presidente Lula e do que vai ser feito no Governo da Presidenta Dilma. A saída deles, na Europa, foi fazer o quê? Salvar bancos, diminuir impostos dos ricos e só



desonerar grandes empresas. O nosso caminho aqui é o da transferência de renda, da recuperação do salário mínimo, que teve um papel fantástico. Vi o estudo do Ipea sobre o papel da Previdência, o peso do salário mínimo recuperado na Previdência, na criação desse grande mercado de consumo de massa, crédito para o povo. Nós tínhamos 22% em 2002. Fomos a 46%. Ouvi uma vez um depoimento do Presidente Lula, que chegou a falar que teve reuniões com técnicos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Eles diziam: “Nós não podemos emprestar abaixo de três salários mínimos por isso, isso, isso”. E o Presidente disse: “Vocês entendem de pobre?” Porque pobre paga as suas contas.” E a gente viu o efeito de tudo isso.

Esta é a nossa galinha dos ovos de ouro: este grande mercado de consumo de massas que nós criamos. Segundo a FGV, 39 milhões de brasileiros foram para a classe média. É disso que estamos falando.

Eu queria saber, porque isso deve ser muito difícil, Ministra. Minha assessoria vai estar aqui. Se tem como medir isso. Qual o impacto da política de transferência de renda nessa geração de emprego, no crescimento econômico do período anterior; e também em relação ao futuro, porque volto a falar no novo momento de crise econômica, desaceleração econômica.

O Inácio Arruda foi muito feliz. O que sinto que me dá mais prazer em relação à nossa Presidenta Dilma é que nós temos uma estratégia de país. Este País será a quarta economia do mundo em 2023 com inclusão social.

Então, sobre a tese da inclusão social, é essa a pergunta que faço nesse momento de desaceleração da economia. O Inácio está corretíssimo. Fala em taxa de juros. Nós todos vibramos aqui com a nova postura do Banco Central, que baixou a taxa de juros. Devo dizer que isso vai trazer folga fiscal também no próximo ano.

Nós pagamos 119 bi de juros só num semestre. Uma coisa ajuda a outra, mas eu queria saber concretamente se há como ter números em relação ao Brasil Sem Miséria, quantos empregos serão gerados, se cada real gasto no Plano Brasil Sem Miséria tem impacto no crescimento do PIB – sei que não deve ser fácil ter isso –, o custo fiscal do programa.

Eu, sinceramente, penso que, no momento em que a gente discute desaceleração econômica no mundo inteiro, essa é a boa política pública, com resultados anticíclicos neste momento.

Então, era esta a minha intervenção, por estarmos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque acho que, volto a dizer, é isso que nos dá muito orgulho de ter sido feito nos oito anos e que vamos fazer nesses próximos quatro anos no Governo da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra a Senadora Ana Portela.



A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Presidente, Senador Benedito de Lira. Corrigindo: é Angela Portela.

Quero cumprimentar a Ministra Tereza Campello.

Senador Inácio Arruda, quase me levanto, quase fico em pé, como a Secretária Ana Fonseca, para demonstrar que também sou cearense! Mas já moro em Roraima há muitos anos. É minha terra querida.

Bem, eu gostaria de parabenizar a Presidenta Dilma por esse programa de tanta importância para o nosso País. Sem dúvida nenhuma, o Bolsa Família é um programa que já demonstrou, de forma inequívoca, sua capacidade de contribuir para a redução da pobreza extrema, para a desigualdade social e regional.

Mas eu queria aqui destacar também a importância do Ministério da coordenação do programa Brasil Sem Miséria, num apoio maior aos Municípios, principalmente aos pequenos Municípios, Ministra.

Eu tive a oportunidade e a satisfação de realizar reuniões lá no Estado de Roraima com todos os Municípios, com os quinze Municípios do Estado, com os Secretários de Educação, com os Secretários de Assistência Social. E obviamente essa reunião foi realizada com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o apoio da Secretária Executiva Ana Fonseca.

Lá, nós tivemos a certeza da absoluta necessidade de termos um apoio maior da equipe do Ministério, porque, nesses Municípios, a equipe técnica das prefeituras teve extrema dificuldade de compreender a complexidade do programa Brasil Sem Miséria, por envolver ações coordenadas de diversos Ministérios: da Saúde, da área de Educação, da área do combate à pobreza, enfim, de diversas áreas.

Então, eu gostaria de parabenizar por esse projeto arrojado de combate à pobreza. Nós temos 16 milhões de famílias que precisam ser resgatadas.

Aqui, eu queria destacar também a importância do “busca ativa”; e os Municípios menores que não têm uma equipe técnica preparada para fazer esse trabalho vão precisar necessariamente de uma orientação de capacitação do Ministério coordenador do projeto, para que possa fazer, com eficiência, essa busca ativa, para que ela tenha resultado positivo e para que a gente possa resgatar esses 16 milhões de brasileiros, que correspondem a 8,5% da população brasileira. E, no meu Estado de Roraima, o percentual de famílias abaixo da linha de pobreza é de 16%, é o dobro da média nacional, infelizmente. Por isso, gostaria de destacar a importância de o Ministério definir uma estratégia para apoio técnico às prefeituras dos Municípios mais pobres, dos Municípios da região Norte do nosso País.

Eram essas as colocações que eu gostaria de fazer.



Destaco ainda, Ministra, que essa reunião realizada com as prefeituras para discutir o projeto foi antes da assinatura do pacto regional com o Estado de Roraima. Daí a importância de termos colhido o sentimento dessas prefeituras, desse pessoal que não tem preparo técnico para executar, para implementar esse projeto abrangente e de tanta importância para a população mais pobre do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado à Senadora – agora vou corrigir – Angela Portela.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pretendo ser breve.

Inicialmente, quero aqui cumprimentar nossa Ministra Tereza Campello e também a Secretária, a Srª Ana Fonseca.

O Plano Brasil Sem Miséria é muito ousado, é um plano corajoso e, diria até, revolucionário – é revolucionário, não é “até”, não; é revolucionário mesmo. Por que entendo dessa forma? Primeiro, porque ele leva todo o Governo, todos os ministérios a terem um olhar preferencial para as famílias, para as pessoas que mais precisam deste País. Segundo, porque ele envolve os Estados e os Municípios para que se comprometam também com a meta de tirar essas famílias da miséria.

Não é um programa fácil de ser gerenciado, porque é integrado. Então, ele fortalece, de fato, o pacto federativo, ele fortalece a integração entre os ministérios. É um programa bastante corajoso e revolucionário.

Quero fazer um destaque: ele também tem a preocupação de fazer o recorte de gênero. Nós sabemos que cerca de 35% de nossas famílias são chefiadas por mulheres, e cuidar da autonomia econômica das mulheres é essencialmente importante.

Eu me inscrevi, na verdade, para fazer uma pergunta, além de fazer esse destaque inicial.

Ministra, tenho a informação aqui de que hoje vivem no Brasil 4.101 refugiados de 77 nacionalidades. São refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para Refugiados, que é o Conare.

Eu tenho alguns dados aqui.

Desses refugiados, a grande maioria, 64%, são da África; 22% são da América Latina; 10% são da Ásia; 2% são da Europa. O país de origem do maior número de refugiados é Angola, na África, com 38%; em seguida vem a Colômbia, com 14%, e há outros países com percentuais um pouco menores.

Qual é a minha pergunta? Quero saber qual é a possibilidade de incluir os idosos e as pessoas com deficiência que fazem parte desse grupo de refugiados no programa Benefício de Prestação Continuada. Nós sabemos que essas famílias de refugiados já estão incluídas no Bolsa Família, mas nós queríamos saber se é possível incluir essas pessoas também no BPC, no



programa Benefício de Prestação Continuada. Por que estou fazendo essa pergunta? Essa é uma demanda que nos chegou através do Instituto Migrações e Direitos Humanos, dirigido pela Irmã Rosita Milesi, da Pastoral de Mobilidade Humana da CNBB. Então, é uma demanda que temos em mãos e, aproveitando a presença da senhora aqui, gostaríamos de saber se é possível incluir esses refugiados no BPC.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerradas as inscrições dos Senadores, passarei agora a palavra ao Senador Suplicy, autor do requerimento.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT– SP) – Senador Benedito de Lira, querida Ministra Tereza Campello, meus cumprimentos pelo seu extraordinário desempenho.

Eu quero lhe dizer que é comovente, até do ponto de vista pessoal, de quem acompanhou a sua trajetória, sobretudo pelo fato de uma maneira até que guarda relação com o que aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff, que, também acometida por um problema de saúde, V. Ex^a o enfrentou com uma energia tão significativa e positiva, causando a admiração de todos.

Eu também quero muito lhe cumprimentar por ter, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff, mas certamente só pode ter sido pela sua anuência e convocação de ter chamado para trabalhar com V. Ex^a a querida Ana Fonseca, porque esta eu conheci desde o começo desta década, quando ela me chamou para estar acompanhando sua tese. Participei ali do exame, e ela me convidou para escrever o prefácio. Nós nos tornamos pessoas com enorme afinidade sobre o propósito que hoje traz as duas aqui.

Uma primeira questão: eu acho muito importante que o Governo brasileiro, os empresários, os trabalhadores tenham consciência dos instrumentos de transferência de renda que existem hoje nos países desenvolvidos e que têm um efeito muito significativo sobre a preocupação do Governo, dos empresários sobre o grau de competitividade da economia brasileira. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, desde 1975, nós temos o crédito fiscal por remuneração recebida. Às vezes as autoridades brasileiras têm dito que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda que existe. Nos Estados Unidos da América, o Earned Income Tax Credit, o crédito fiscal por remuneração recebida no ano passado, pagou a 26 milhões e pouco de famílias US\$56 bilhões. Por exemplo, uma família com marido, mulher e duas crianças, se a sua remuneração hoje nos Estados Unidos é da ordem de US\$18 mil, esse casal tem o direito de receber US\$5.160 a mais, e sua remuneração passa para além de US\$23 mil e poucos, que é a linha de pobreza para um casal com duas crianças nos Estados Unidos. Esse casal, portanto, torna-se mais satisfeito, provavelmente mais produtivo. Agora, quem paga esse complemento não é a empresa, é o conjunto da sociedade que hoje concorda com isso. Os Presidentes Bill Clinton e, depois,



Barack Obama, em 2009, no início, ambos aumentaram significativamente o valor. Inclusive Bill Clinton aumentou para os casais sem filhos, e Barack Obama para os que têm três crianças ou até mais.

No meu entendimento, esse procedimento torna sua economia, a dos Estados Unidos e a de outros que adotaram sistemas semelhantes, mais competitiva em relação à nossa, se não adotarmos um sistema semelhante ou melhor.

O Programa Bolsa Família é um instrumento de transferência de renda que tem tido excelentes resultados. Contribuiu para erradicar a pobreza, contribuiu para diminuir o coeficiente ano a ano, desde 2003 para cá, e os seus antecedentes também. Mas ele tem um desenho que não leva tanto em consideração esse aspecto. Nós precisaríamos até examinar com maior profundidade, e eu me disponho. Vou entregar a V. Ex^a um estudo sobre isso.

Mas eu gostaria de lhe perguntar se de alguma maneira o Governo da Presidenta Dilma Rousseff tem a perspectiva de considerar, em algum momento no horizonte futuro, tal como prevê a Lei nº 10.835, a renda básica de cidadania. E, da mesma maneira que os primeiros programas daquilo que hoje se constitui o Bolsa Família se iniciaram localmente no Distrito Federal, em Campinas, Ribeirão Preto e em tantos outros Municípios, até em São Paulo, quando Ana Fonseca foi a coordenadora do Programa Renda Mínima e assim por diante, e daí se tornaram o que hoje é o Bolsa Família, nós poderemos também realizar experiências pioneiras do programa renda básica cidadã localmente. Nesse propósito, V. Ex^a está a par, eu, inclusive, fui recebido no Ministério do Desenvolvimento Social, juntamente com o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal, que aprovou lei nesse sentido na presença da Secretária Extraordinária Ana Fonseca e de seu Secretário Executivo Rômulo Paes de Sousa. Tivemos um diálogo muito produtivo e fomos muito bem recebidos – lá estavam quatro vereadores. Rômulo Paes e Ana Fonseca explicaram que a primeira etapa, no sentido de caminharmos em direção à Renda Básica de Cidadania, poderá ser como que uma atenção muito especial para a Busca Ativa e para a implementação de todos esses programas, cujas parcerias com os governos estaduais e municipais, com as entidades, conforme V. Ex^a explicou aqui tão bem, possam se realizar como etapa.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, porque tenho feito, tenho estimulado os Municípios e os Estados a caminharem na direção da Renda Básica de Cidadania. Tenho proposto aos cinco pré-candidatos, eu sou um deles – Marta Suplicy, Fernando Haddad, Jilmar Tatto e Carlos Zarattini –, que coloquem como objetivo fazer de São Paulo, que tem 11 milhões e 300 mil habitantes, um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania.

Gostaria até de pedir a sua reflexão, porque, notem: quando V. Ex^a e a Presidenta Dilma assinaram o convênio com o Governador Geraldo Alckimin e os demais, mencionaram que agora haverá um entendimento. Em São Paulo, por



exemplo, onde há o Renda Cidadã e agora o Bolsa Família, os dois coordenados, toda família que porventura tiver o direito ao Bolsa Família, aquelas que não recebem R\$140 *per capita* e, em especial, aquelas que não chegam a R\$70, passarão a ter o direito de receber pelo menos – foi o que eu entendi do convênio assinado – R\$70 por pessoa no Estado de São Paulo. Essa é a meta. E acho isso muito positivo. Mas, permita-me, Senador Presidente Benedito de Lira, aqui uma reflexão que vai demandar uma explicação com detalhes.

Vamos supor o caso da família com pai, mãe e sete crianças; cinco crianças e dois adolescentes. Se a renda familiar *per capita* não atingir o limite estabelecido de R\$70 *per capita* por mês, essa família passa a ter o direito de receber R\$32 – cinco vezes trinta e dois dá cento e 160; mais R\$38 por adolescente, que dá R\$76. Como a renda familiar *per capita* não chega a R\$70, então terá o direito a mais R\$70 do benefício básico e, portanto, terá R\$306. Suponhamos que a renda familiar desse casal é de apenas R\$100 para o marido e R\$100 para mulher, R\$200 reais, ou seja, com os R\$306, essa família terá R\$506, mas não chega, portanto aos sete vezes setenta, R\$630. Faltarão R\$134. Pelo convênio, então – pelo que entendi –, o governo estadual vai entrar com mais R\$134.

Ora, Senador Benedito de Lira, V. Ex^a há de convir: veja só o trabalho que deu para eu explicar! Imagine à administradora do programa, imagine às famílias, cada uma com esse detalhamento; imagine a condição daquelas famílias que recebem, provavelmente no mercado informal, uma remuneração muito variada, mês a mês, que ora é R\$200, ora é R\$100, ora é R\$500 e assim por diante.

Entre outros, são esses os fatores que me levaram, depois de ser um proponente aqui da garantia de uma renda mínima através de um imposto de renda negativo, a ter ficado persuadido...

(A Presidência faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Já estou na reta final, Sr. Presidente.

...no sentido de que o melhor será caminharmos na direção da renda básica incondicional.

Permita-me só, Presidente Benedito de Lira, transmitir assim, olho no olho, porque eu quero ouvir a sua avaliação. E por que razão? Até a Ministra Tereza Campello, a Presidenta Dilma Rousseff, o Senador Suplicy, o Pelé, a Xuxa, o Antônio Ermírio de Moraes: “Vamos receber o Presidente Benedito de Lira?” “Sim.” Mas nós não precisamos disso. Temos o suficiente para a nossa sobrevivência, mas nós, obviamente, colaboraremos para que nós próprios e todos os demais venhamos a receber. Que vantagens há nisso? Eliminamos inteiramente a burocracia envolvida de ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal, todo esse detalhamento de contas. Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha de a pessoa precisar dizer: “Eu só



recebo tanto, por isso mereço tal complemento”. Eliminamos o fenômeno da dependência que tipicamente acontece.

O Senador Benedito de Lira sabe que, em Alagoas e em muitos Estados, em São Paulo mesmo, às vezes a pessoa está por decidir: “Vou ou não receber, fazer esse trabalho, que vai dar esse tanto? Mas se eu realizar esse trabalho, recebesse tanto, e daí vem o Governo e me tira o que eu estava recebendo naquele programa, eu talvez prefira não fazê-lo. Entro na armadilha do desemprego ou da pobreza”.

Se todos iniciarmos da Renda Básica em diante, sempre haverá estímulo ao progresso. Mas é do ponto de vista... E aí é que entra o argumento fundamental, prezada querida Ministra Tereza Campello, que me levou à convicção disso para apoiar e querer que o Congresso Nacional... E felizmente o Congresso Nacional aprovou, mas com a perspectiva de que será instituída por etapas.

Mas o grande argumento é o de que, do ponto de vista daquela jovem que às vezes não tem outra alternativa, se não o de vender o seu corpo para conseguir dar de comer em casa; ou do jovem, como do filme Cidade de Deus, que não tem outra alternativa senão se tornar o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes; ou daquele trabalhador... Um dia, fomos eu e diversos Parlamentares ao sul de Rio Maria, no Pará; e o Padre Ricardo Rezende pediu que ouvíssemos os trabalhadores que ali estavam. Eis que eles disseram: “Olha, a gente vem aqui, na porta do hotel, do restaurante ou da rodoviária, e vem o fazendeiro, o capataz ou o gerente da fazenda e nos diz: ‘Quem quiser entra aí no caminhão ou no ônibus; vamos lá para a fazenda, a uns 500 quilômetros daqui, e lá vão receber tanto depois de cortar a floresta, plantar e semear a terra etc.’ E para lá a gente vai. Passadas quatro semanas, a gente diz para o gerente: ‘Está na hora de receber. Eu preciso mandar dinheiro para a família.’” “Mas, como assim? O senhor, por enquanto, comprou na venda mais do que o que tem direito de receber.” V. Ex^a sabe que, às vezes, ainda acontece esse tipo de coisa no Brasil. “Pois bem, se for assim, eu vou embora!” “Se quiser ir embora, vai levar um tiro!” E muitos levaram tiro. Foi o depoimento que ouvimos.

Ou seja, o dia que houver uma renda básica de cidadania suficiente para cada uma dessas pessoas poder dar sustento para si e para os seus, essas pessoas vão passar a ter o direito de dizer: “Não. Agora eu não vou precisar aceitar.”

Do ponto de vista, portanto, do que nos fala o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, que desenvolvimento, se for par valer, deve significar maior grau de liberdade para todos, a renda básica de cidadania significará maior grau de liberdade para todos.

Estou perfeitamente consciente, Presidente Benedito de Lira, de que não dá para fazer isso de um dia para o outro. E foi muito significativo quando o Senador Francelino Pereira me disse: “Eduardo, que tal aceitar que seu projeto



seja instituído por etapas?” E eu aceitei. Graças àquilo, foi aprovado por consenso, no Senado e na Câmara. E o Ministro da Fazenda Antonio Palocci disse ao Presidente Lula, quando o estava examinando: “Presidente, como é para ser instituído por etapas, é factível. Pode sancionar.” E foi sancionado. O projeto foi aprovado por consenso no Senado e na Câmara. V. Ex^a sabe que não é tão fácil. Mas a minha pergunta é simples: vamos ter, um dia, a perspectiva de instituí-lo?

Assim, concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está vendo, Ministra, como é palpitante o tema que a senhora traz à Casa? Já estamos praticamente há três horas – vai para quatro horas – nesta audiência pública.

Mas quero cumprimentá-la, e V. Ex^a tem a palavra para responder às indagações que foram formuladas pelos Srs. Senadores.

Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy pela narrativa que fez como autor do requerimento. Se lhe desse mais corda, o senhor amanhecia o dia!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza!

A SR^a TEREZA CAMPELLO – Eu queria agradecer de novo a oportunidade, agradecer ao nosso Senador Suplicy o convite.

Começarei respondendo às suas questões, Senador Benedito de Lira, com relação, obviamente, a critérios republicanos que estão presentes em todas as nossas ações, especialmente no caso da qualificação profissional, que vi que é uma das suas principais preocupações.

Como as ações não conseguirão ser iniciadas em todos os Municípios do Brasil de uma vez só, e é objetivo da Presidenta que a gente tenha ações em todo o País simultaneamente, para o ano de 2011 e, provavelmente, para o primeiro semestre de 2012, estamos propondo um recorte. Municípios acima de 100 mil habitantes, todos, e Municípios que tenham rede Sine instalada. Por quê? Porque, como eu tinha colocado, nossa principal preocupação é garantir que haja uma agenda casada de qualificação profissional com intermediação de mão de obra. Então, como a gente não daria conta de pegar todo o universo do País, a nossa opção foi começar por Municípios que tenham esses dois critérios.

Então, estamos convidando os nossos prefeitos para uma audiência agora, no começo do mês de outubro. Já estamos conversando com as entidades representativas dos prefeitos, e como as vagas, no caso do Pronatec, estabelecida... Para o Brasil Sem Miséria, nós temos um milhão de vagas ao longo de quatro anos.

Portanto, acho que nossa grande dificuldade não será ser republicano, mas garantir que a gente consiga, de fato, levar esses custos para essa população, que não é fácil. É muito difícil mobilizar essa população, garantir que as prefeituras consigam se engajar nesse movimento, identificar quais são as vagas, quais são os cursos e montar os cursos. Então, temos uma tarefa enorme pela frente. Esse o critério que a gente vai usar nesse primeiro momento e, a partir



daí, a nossa ideia é poder ampliar os custos também para os demais territórios. Nós já estamos com as vagas do Sistema S levantadas e as da rede federal de ensino técnico profissional e profissionalizante para iniciar, ofertando para esses Municípios com esse recorte.

Segunda questão.

Sempre que a gente faz uma apresentação é com relação ao acesso à água. Todas às vezes que fazemos uma apresentação, acabamos falando de água para beber e acabamos falando muito de cisternas, mas, de fato, temos não só previstos os sistemas simplificados, ofertados pelo Ministério da Integração e pela Agência Nacional de Água, pela Funasa, mas também temos uma oferta de água, para a produção, para 600 mil famílias, que a gente acaba não detalhando, porque parte dessa água para a produção tem interseção com a água para beber. Então, temos previstos os sistemas simplificados, temos previstos pequenos açudes, pequenas barragens, e está em discussão, na Pasta do nosso Ministro Fernando Bezerra, também o fornecimento de água para as regiões em que a gente vai construir cisternas, mas que não tem água regular de chuvas. Portanto, a ideia é de que a cisterna não sirva apenas para captação de água de chuva, mas que a gente possa ofertar de alguma forma, eventualmente até.

Vou tentar ser um pouco mais rápida para garantir... Eu sei que as assessorias estão atentas; por isso, vou responder às perguntas, mesmo sabendo que a maior parte dos Senadores que fez as perguntas não pode ficar.

A Senadora Vanessa havia levantado as questões envolvendo o PAA. Quero lembrar que as ações em que estamos trabalhando, envolvendo o Programa de Aquisição de Alimentos, são complementadas também pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No caso das populações extrativistas, fizemos um trabalho enorme, envolvendo a PGPM, que é também uma ação do Estado, garantindo políticas de preços mínimos que permitem que a gente amplie a compra para a agricultura familiar, em especial a produtores de produtos da sociobiodiversidade.

Na próxima semana, iremos à região Norte, onde faremos um esforço para fortalecer a agenda que envolve pescado. Não só a agricultura de grãos e de verduras, mas também a compra de produtos da sociobiodiversidade. Então, acho que vamos ter uma agenda grande envolvendo PAA, envolvendo compra de pescado – no caso do Acre, a gente ainda vai comprar frango também –, mas envolvendo os supermercados nessa rede que vai fortalecer a agricultura familiar.

Partilho da mesma opinião de que esse é um dos programas fundamentais para organizar a agricultura familiar no Brasil.

Com relação ao Plano Nacional de Segurança Alimentar, como a gente montou um plano dentro do PPA – a senhora já o recebeu, Senadora? Podia anotar, para a gente enviar. Conseguimos montar o plano em cima do PPA. Então, nós fizemos de forma casada: o próprio PPA já reflete o plano, e o plano



reflete o PPA. Então, temos a marcação das ações que são do Plano Nacional de segurança Alimentar dentro do PPA, do Governo Federal, não só integrando as ações; portanto, a gente consegue enxergar as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Seppir, como do MDA, do conjunto dos Ministérios, do Ministério do Meio Ambiente, integradas. Ficou muito bacana. É a primeira vez que a gente conseguiu fazer isso e vai servir para outras ações, porque elas aparecem independentemente do Ministério. Se a gente quiser fazer um recorte puxando tudo o que é da área de segurança alimentar e nutricional, a gente consegue puxar. Isso vai viabilizar para que a gente tenha um monitoramento não só físico, mas também financeiro, porque a gente estabeleceu, no plano, metas físicas também. Vou pedir para o pessoal lhe enviar uma cópia. Ficou muito bem feito. Obviamente, ele tem de ser aperfeiçoado. Estabelecemos oito macrodiretrizes, com metas específicas, que envolvem a questão da obesidade, várias pautas modernas, como a agenda da segurança alimentar, além da questão da fome. Portanto, abrange a questão da alimentação saudável.

Por fim, quero dizer – penso que isto seja do seu conhecimento também – que, em grande parte, a gente avançou no programa Bolsa Família ao longo desses anos, não é, Ana? E isso se deu exatamente porque o Bolsa Família é um programa em que as famílias que recebem os recursos são conhecidas. Então, a fiscalização já vinha acontecendo no Ministério, independentemente dessa nova medida da nossa Presidenta. É uma das coisas que garantiram que a gente tivesse avançado nas agendas de transferência de renda. Inclusive, isso deixou de ser pauta. Aqui, está o nosso Secretário Tiago Falcão, responsável pelo Bolsa Família, pela Agenda Cidadã e pelo nosso Cadastro Único. Logo que começou, o programa era objeto de muita crítica, mas, hoje, é reduzidíssimo o nível de denúncia. Vamos atrás de toda denúncia. Mas, praticamente, não se vê mais denúncia alguma envolvendo o Bolsa Família, exatamente porque ele é fiscalizado pela própria sociedade.

Com relação às questões levantadas pela nossa Senadora Marta Suplicy, quero fortalecer a ideia de que a população atendida pelo Bolsa Família é uma população que já trabalha. Então, a agenda Brasil Sem Miséria busca incluir a população e, fundamentalmente, melhorar as condições de trabalho. A maioria das pessoas incluídas no Bolsa Família, hoje, já trabalha. Setenta e dois por cento dessas pessoas trabalham, mas em situação que não lhes permite ter uma renda que sustente sua família. Portanto, recebem menos de R\$70,00 *per capita*. Ou o trabalho é um bico, ou o trabalho é informal, ou há pequenos negócios ainda não formalizados. Portanto, a agenda central do Brasil Sem Miséria busca viabilizar a melhoria das condições de trabalho dessas famílias.

A Senadora também nos perguntou sobre os idosos. A Busca Ativa não serve somente à população do Bolsa Família, mas também serve à população de idosos que teria direito ao BPC. O idoso pobre tem direito ao BPC. Temos como meta incluir 145 mil idosos que, na nossa avaliação, têm direito ao BPC,



mas que não o recebem. Por meio da Busca Ativa, queremos alcançar esses idosos. E, em especial, no meio rural, há crianças e adolescentes com deficiência que também têm direito ao BPC, mas que não têm sequer acesso a essa informação. A Busca Ativa vai nos ajudar a localizá-los.

Foi feita uma pergunta pela nossa Senadora com relação à cidade de São Paulo. Há Estados em que há baixa cobertura cadastral, não é, Tiago? Estamos com um trabalho muito forte com as concessionárias de energia elétrica que têm interesse em nos apoiar no Cadastro, porque podem melhorar também suas informações para a tarifa social de energia elétrica. No caso da cidade de São Paulo, temos um acordo com a Eletropaulo e, com isso, acreditamos que vamos melhorar muito a situação de cobertura de São Paulo, que, realmente, ainda é muito baixa. É um dos Estados prioritários para se melhorar a cobertura.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Inclusive, no Município de São Paulo, esse índice é dos mais baixos: 57%, aproximadamente.

A SRª TEREZA CAMPELLO – Em especial, no Município de São Paulo, é dos mais baixos.

A Ana pode falar, não é, Senador?

A SRª ANA FONSECA (*Fora do microfone.*) – Não, não posso falar. Pela regra, não posso falar. Eu falo fora do microfone. Há 11 mil famílias no Renda Cidadã, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Como não? Presidente, não há regra que diz que ela não possa falar. Imagine! Que regra é essa?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – A senhora pode falar, sim. É bom que a senhora converse, porque descansa a Ministra. Não há regra que a impeça de falar, e, mesmo que houvesse essa regra, faríamos essa concessão.

A SRª ANA FONSECA – Então, Senador Suplicy, o Renda Cidadã do Governo do Estado de São Paulo, hoje, no Estado, atinge 66 mil famílias, das quais 11 mil famílias são do Município de São Paulo.

...das quais onze mil famílias são do Município de São Paulo. A pactuação realizada com o Governo do Estado, com o Estado de São Paulo, por um lado, puxando todo mundo para R\$70,00 – não é isso, Tiago Falcão? –, para todo o Estado, e isso inclui o Município de São Paulo, e o acerto entre a AES Eletropaulo e o Município de São Paulo. Naquele dia, na saída da Prefeitura, nós nos encontramos com a vice-Prefeita Alda Marco Antônio e o Sr. Kassab. Eu estava vindo realmente dessa pactuação para ampliar a cobertura no Município de São Paulo, que é um dos municípios com menor índice de cobertura. O que existe hoje são as onze mil famílias do Renda Cidadã e ainda as cem mil famílias, herança bendita da nossa Senadora e ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. É o que ainda existe do programa, mas entendemos que o Município de São Paulo vai realizar uma excelente cobertura.



E aproveito para dizer uma coisa em relação ao que o Senador por Alagoas nos falou sobre a partidarização, não é, Senador? De não ter partidarização. Creio, eu disse outra vez e tratei de dizê-lo também por escrito, que uma das coisas mais especiais que eu vi nos últimos anos na vida pública brasileira foi o pacto da região Sudeste. O pacto da região Sudeste é um pacto casado – perfeitamente casado – com o art. 1º da nossa Constituição no aspecto que diz respeito à indistinção partidária. E isso, Senador, quando vimos no pacto da região Sudeste – Governador Geraldo Alckmin, Governador Antonio Anastasia, Governador Renato Serragrande e Governador Sérgio Cabral...

O SR. – *(Intervenção fora do microfone.)*

A SRª ANA FONSECA – Renato Casagrande. É aquela serra é boa. E aí... É melhor do que a do Acre. Desculpe a piada. E ali temos aquela conformação partidária, mas, por cima dessa conformação partidária, a mais clara expressão, a mais clara corporificação daquilo que disse a Presidenta Dilma, que a erradicação da extrema pobreza é de todos, é um compromisso de todos, não é um compromisso partidário. Então, o Senador Benedito de Lira, das Alagoas, não pode ter nenhuma apreensão a esse respeito porque já demos – viu, Senador? – as melhores respostas. E fomos além disso. Fomos a Arapiraca, na grande Alagoas.

Eu não vou mais falar, Angela. Então, é um prazer enorme – só nos falamos por telefone – saber que você também engrossa a longa lista dos cearenses, muitos deles em Roraima.

A SRª TEREZA CAMPELLO – Só retomando aqui, eu estava combinando com o Senador de responder resumidamente, principalmente privilegiando os nossos Senadores que estão aqui, mas eu me comprometo, em relação a questões mais específicas, a nos colocar à disposição no Ministério. Mas seria importante alertá-los para uma questão que foi levantada pela Senadora Lúcia Vânia, com relação ao monitoramento. Nós no Brasil Sem Miséria conseguimos fazer a mesma coisa que conseguimos fazer com o PAC. Todas as ações do Brasil Sem Miséria estão marcadas. Com relação ao monitoramento do Brasil Sem Miséria, do ponto de vista orçamentário, estão todas marcadas na AGU e no PPA. Então, nós temos como fazer esse acompanhamento. E estamos com dois sistemas de monitoramento. Um montado para garantir o acompanhamento das ações – quem coordena é a Drª Janine, que está aqui presente, também a nossa assessoria e a Sesepe –, e estamos organizando, por isso o cadastro é tão importante, como monitorar também as famílias e a evolução das famílias. Só temos uma forma de fazer isso. Não queremos só saber quantas mil cisternas nós fizemos. Nós queremos saber: essa família que estava em situação de pobreza ganhou uma cisterna, teve acesso ao crédito, tem um idoso que está sendo acompanhado por médico das famílias. Então, queremos poder acompanhar o conjunto dessas ações, o que só conseguiremos fazer com o Cadastro Único. Por isso essa ação é tão importante.



Nós estamos com três processos de monitoramento. Um é o financeiro-orçamentário, com essas medidas recentemente aprovadas aqui pela Casa, com essa marcação na AGU. O segundo, com o monitoramento das ações; e o terceiro, que estamos tentando fazer evoluir, garantindo o monitoramento das famílias para sabermos de fato qual é a situação desses 16 milhões de brasileiros.

Com relação à pergunta do Senador Eduardo Braga acerca da Bolsa Verde. Nós, de fato, estamos começando com as áreas federais por dois grandes motivos. Um é que, como ele mesmo disse, isso nunca tinha sido feito no Brasil. Nós estamos fazendo uma experiência completamente nova, casando a agenda da pobreza com a agenda ambiental. Nós temos de ter uma curva de aprendizagem em relação a isso.

Nós estabelecemos a meta de iniciarmos nosso trabalho com relação às áreas federais, porque a preocupação não é só encontrar essas famílias, mas fazer um monitoramento do ativo ambiental envolvido. Não adianta só incluir essa família na transferência de renda e na transferência do Bolsa Verde, interessa-nos também fazer um monitoramento para garantir que esse ativo ambiental não seja destruído. Portanto, é importante que tenhamos um grande controle, neste caso específico sobre a situação ambiental de cada uma dessas áreas. Então, estamos começando com as áreas federais, queremos monitorar essas ações e, à medida que pudermos evoluir no programa, poderemos começar a discutir como ampliá-lo para outras comunidades e outras áreas.

Então, o programa não está fechado, mas nós temos uma preocupação muito grande em não abri-lo totalmente e passarmos a não ter condições de fazer o controle dos ativos ambientais, que hoje representam a nossa maior preocupação. Quer dizer, a pior coisa que poderia acontecer como resultado, inclusive para que não tenhamos um retrocesso com relação a essa agenda, é transferir a Bolsa Verde e ter uma perda de floresta, uma perda de ativo ambiental, e acabarmos sendo acusados de não estar conseguindo atingir o objetivo, que é, além de erradicar a extrema pobreza, superar a pobreza dessas comunidades extrativistas e também garantir a preservação ambiental, a conservação do meio ambiente.

Com relação à pergunta do Senador Lindbergh, queria fazer uma sugestão. Nós temos alguns dados muito interessantes... Só lembrando que ele perguntou se temos como medir o impacto da transferência de renda e do Brasil sem Miséria na economia como um todo, considerando que estamos numa comissão que trata de assuntos econômicos.

Nós temos estudos do Ipea que mostram que, para cada real que transferimos no Bolsa Família retornamos R\$1,44 para a economia, o que é um dado muito importante, pois fortalece a ideia de que a transferência de renda é boa para o País, não só para a família que a recebe. Nós temos dados comprovando que essa família não perde a sua situação de trabalho ou não



desiste de trabalhar por conta disso. Ao contrário: esse pessoal do Bolsa Família trabalha. Mas, além disso, é bom para a economia, é bom para os comerciantes, é bom para o mercado e é bom para fortalecer o mercado interno de massas.

Nós temos um estudo recente, feito pelo nosso Secretário Ricardo Paes de Barros, também um pesquisador do Ipea e que tem nos apoiado muito no Brasil sem Miséria. Ele fez um estudo recentemente, que também poderíamos passar para a Comissão – Flora, depois o Duncan nos ajuda a lembrar –, mostrando o que tivemos de melhoria em relação à situação de pobreza das famílias, mostrando quanto isso se deveu a aumento de salário mínimo, quanto se deveu a inclusão produtiva e quanto se deveu às transferências de renda; mostrando como isso se acentua do início do governo do Presidente Lula para cá, exatamente por conta do aumento do salário mínimo, das transferências de renda, mas também do aumento da condição de trabalho dessas famílias, mostrando que as famílias passaram a receber Bolsa Família e melhoraram a situação de trabalho, ou seja, começaram a trabalhar mais, comprovando, mais uma vez, que o Bolsa Família não leva as pessoas a desistirem de trabalhar. Estudo interessantíssimo sobre como as portas de saída, como a agenda de construção da inclusão produtiva se casa muito bem com as agendas de transferência de renda.

Eu queria sugerir e recomendar à Comissão que distribua para os nossos Senadores que integram as duas Comissões.

Por fim, nosso Senador Suplicy, eu acho que com o Brasil Sem Miséria e com o Bolsa Família estamos dando um primeiro grande passo. Eu acho que se a gente conseguir superar esse degrau, que é tirar 16,2 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza... Tem muita gente que fala que a linha de pobreza é baixa, mas temos 16 milhões nessa situação. Tem muita gente que diz que a linha é baixa e tem gente que diz que nós não vamos conseguir chegar aos 16 milhões. Então, vamos nos dedicar a esses 16 milhões e passar para uma segunda etapa; quem sabe chegaremos aos 140 e, a partir daí, conseguiremos evoluir numa agenda de construção de um programa nacional, levando renda para toda a população.

Para comentar, Senador, nós estamos discutindo Estado a Estado, porque cada Estado está fazendo uma opção diferenciada. No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, eles optaram por, de fato, preencher o hiato até R\$70, que não é uma coisa simples, mas eles estão usando os dados que já temos no Bolsa Família. Portanto, eles estão explodindo essa conta para os dados que a gente já tem dentro do cadastro único. Alguns Estados optaram por fazer uma transferência de renda fixa, como é o caso do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul, que estão repassando um valor fixo por família exatamente para facilitar. Nós não estamos estabelecendo uma regra. Acho que nós vamos ter um aprendizado grande, não é Tiago? No próximo período, com essas diferentes experiências. inclusive, no caso do Rio de Janeiro, a conta, levando em



consideração outros elementos que não só a renda declarada, no caso do Rio de Janeiro, chegando a até R\$100, não aos R\$70, que é recorte de renda nossa. Rondônia também. Então, temos oito Estados com experiências diferentes. O Amapá também se comprometendo a trabalhar com uma referência de renda maior.

Eu acho que nós, com o Brasil Sem Miséria, vamos ter um mosaico de experiências diferenciadas, até porque as realidades são muito diferentes. Estivemos com o nosso Governador de Roraima. Eu acho que há uma equação envolvendo a população indígena que, de fato, foi levantada pelo nosso Senador Wellington. Foi uma das questões que discutimos também com o Estado de Roraima, que nos preocupa, porque acho que é uma das ações para as quais não temos todas as respostas colocadas ainda.

Eu acho que essa é uma agenda que a gente tem de evoluir, mas eu acho que este debate aqui, finalizando, em que a gente considera que a agenda do Brasil Sem Miséria não é uma agenda social, mas é uma agenda em que a inclusão tem sido um dos elementos que chama a atenção do resto do mundo... Hoje, o grande diferencial do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil é exatamente isto: um País que inclui. À medida que inclui, melhora a sua produção interna, aumenta o seu mercado interno de massas, cresce e, porque cresce, consegue incluir mais. Portanto, esse modelo em que o desenvolvimento econômico é casado e é aliado a uma agenda de distribuição de renda, eu acho que é o grande exemplo que nós temos para dar ao mundo. O Brasil Sem Miséria vai ser mais um passo fundamental para que a gente avance nessa estratégia.

Muito obrigada a todos.

Estamos às ordens. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Meus parabéns!

Muito obrigado. Foi excelente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ministra Campello, quero, ao encerrar esta reunião, agradecer à senhora e à Dr^a Ana Fonseca, que aqui vieram trazendo uma agenda diferente do dia a dia desta Casa, uma agenda tão diferente que chamou a atenção de todos nós e chama a atenção do Brasil.

Este País já tem mais de 500 anos de existência. Este País, na verdade, é um País rico, maravilhoso, mas que ainda tem um percentual de pobreza muito grande. Com a presença do Presidente Lula...

Lembro-me de um episódio: na eleição do Presidente Lula, em 1989, quando havia um candidato do meu Estado à Presidência da República, fiz a opção – naquela oportunidade, eu era o Presidente da Assembleia – de votar no Presidente Lula. E as pessoas me perguntavam: “Como é que você vai deixar de votar num contrerrâneo, em pessoas que têm visão, para votar em um homem semianalfabeto?” Eu dizia: “É que já votei em diversos cientistas e, agora, preciso votar num trabalhador, para ver o que vai acontecer”. E foi a melhor coisa que eu



já fiz, Ministra, sinceramente. Em todas as eleições que o Presidente disputou, votei nele, porque eu acreditava nele. E, graças a Deus, ele fez um belo governo, melhorando a vida de muitos brasileiros, e a Presidenta Dilma está dando continuidade àquele governo.

A Presidenta foi muito feliz em levá-la para o Ministério que V. Ex^a, hoje, dirige. Todos nós conhecemos a sua história. Eu lhe queria dizer que meu Estado é um Estado pobre, encravado na região Nordeste – é o Estado mais pobre do Brasil –, mas tenha a certeza de que, brevemente, os olhos das pessoas de muitos segmentos da nossa sociedade, das pessoas pobres, vão brilhar. As pessoas que não têm esperança vão voltar a ter esperança com o Governo da Presidenta Dilma, com a equipe que ela montou na área social.

As pessoas me diziam, e eu era Deputado: “Como é difícil trabalhar para pobre!”. Essa é uma grande verdade, Ministra. Por isso, eu lhe fiz aquela indagação. Durante todo o meu mandato, direcionei minhas ações para o segmento mais carente do meu Estado. Considero o Estado de Alagoas, sem demérito, Senador Suplicy, dos demais Estados da Federação, o melhor pedaço de terra do Nordeste, que, sem dúvida alguma, brevemente, será um grande Estado.

Eu queria cumprimentá-la, Ministra, e toda a sua equipe. Foi uma alegria muito grande contar com sua presença aqui. A senhora trouxe um oxigênio diferente a esta Comissão, na manhã e na tarde de hoje. Muito obrigado. Que Deus a proteja, para continuar assim! Um abraço! (*Palmas.*)

Convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião da Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 21 minutos.)